

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ENTRE MOVIMENTOS E POSSIBILIDADES

GRUPOS POLICIAIS, TRÁFICO DE DROGAS E CAPITAL SOCIAL NA ZONA OESTE
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ALEXANDER SOARES MAGALHÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

ORIENTADORA: MARIA CELINA SOARES D'ARAÚJO

NITERÓI

2007

ENTRE MOVIMENTOS E POSSIBILIDADES:
GRUPOS POLICIAIS, TRÁFICO DE DROGAS E CAPITAL SOCIAL NA
ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Por: ALEXANDER SOARES MAGALHÃES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Banca examinadora:

Prof^ª.dr^ª. Maria Celina Soares D'Araujo – Orientadora (UFF)

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)

Prof. Dr. Michel Misse (UFRJ)

NITERÓI

2007

À Simone, com amor e gratidão.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer as instituições que deram-me grande auxílio: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou integralmente meus estudos de mestrado e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), que me acolheu nos últimos dois anos.

Este trabalho também contou com a ajuda de várias pessoas. Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora Maria Celina D'Araujo, pela troca de conhecimento, que serviu para mim como um grande aprendizado. Devo agradecer também pela paciência e dedicação que teve comigo, principalmente nos momentos críticos da feitura desta dissertação.

Devo também agradecer aos professores doutores Michel Misse e Letícia Veloso, que contribuíram com boas sugestões na ocasião da defesa de meu projeto de dissertação. Gratidão igual a que tenho com os vários professores do PPGCP que auxiliaram-me ao longo desses dois anos de estudo. Para evitar injustiças com algum professor que por ventura eu possa esquecer de mencionar, agradeço a todos na figura do professor doutor Eurico Figueiredo, coordenador do programa.

Gostaria de agradecer também a vários colegas que de alguma forma ajudaram-me a desenvolver este trabalho. Mesmo podendo cometer injustiças ao esquecer de citar alguém, fica aqui meus agradecimentos a André Amud, Pedro Capra, Daniel Misse, Camila Lameirão, Mirela Fontes, Cristina Nunes e Bruno Villela.

*“(...) Não sei se existe mais justiça
Nem quando é pelas próprias mãos
População enlouquecida,
Começa então o linchamento
Não sei se tudo vai arder...
Como algum líquido inflamável
O que mais pode acontecer
Num país pobre e miserável?
E ainda pode se encontrar
Quem acredite no futuro...
Quem quer manter a ordem?
Quem quer criar desordem?”*

Titãs, Desordem

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar como uma comunidade pobre da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro lida com a presença de grupos policiais que exercem na comunidade proteção de modo diferenciado, agindo como um grupo paraestatal organizado, tendo como objetivo principal coibir o tráfico de drogas no local. As conseqüências que esta ação provoca na comunidade são controversas, visto que gera sensação de segurança na maioria dos moradores da localidade, e ao mesmo tempo, constrangimento de algumas pessoas que não se identificam com este tipo de prática. A hipótese norteadora é que a ação destes grupos altera significativamente a vida comunitária naquele espaço, dando a ele características distintas de outras comunidades periféricas de perfil socioeconômico semelhante. Para melhor analisar o impacto desta situação específica, utilizamos o conceito de capital social, observando se a atuação deste grupo estimula o acúmulo de capital social na comunidade. Conclui-se que apesar de a comunidade experimentar efetiva sensação de segurança, esta não foi capaz de promover virtudes associativas relevantes, e, por conseguinte, não houve incremento significativo de capital social no local.

Palavras chave: capital social, conjunto habitacional popular, grupos policiais, zona oeste do Rio de Janeiro.

Sumário

Introdução	08
Nota metodológica.....	11
Capítulo 1 - O Nosso Conjunto: semelhanças e particularidades de uma comunidade periférica da cidade do Rio de Janeiro	12
Comunidades pobres e suas representações sociais.....	12
Breve panorama da política habitacional do Rio de Janeiro.....	15
Uma visão panorâmica de Nosso Conjunto.....	19
Nota sobre espaço urbano e segregação.....	24
Capítulo 2 - A prática policial local: arbitrariedade no enfrentamento dos conflitos e segurança diferenciada	26
Um “mundo hobbesiano” e o poder da arma.....	26
O <i>Ethos</i> policial.....	29
Polícia mineira e milícias.....	31
Arbitrio e poder dos policiais na localidade.....	34
O <i>status</i> e a formação da elite local.....	36
Capítulo 3 - Diferentes leituras das “milícias”	39
As “milícias” segundo o poder público.....	40
Visões correntes sobre as “milícias”.....	44
Capítulo 4 - Em busca do capital social: vícios e virtudes em Nosso Conjunto	48
O conceito de capital social.....	48
O problema e os vários modos de ver o problema.....	50
Capital social em Nosso Conjunto.....	52
Conclusão	59
Referências bibliográficas e fontes	64
Anexo I	69

Anexo II	74
Anexo III	76

Introdução

Ao nos depararmos com alguns conjuntos habitacionais da zona oeste do Rio de Janeiro, temos uma impressão diferente daquela que se espera encontrar em uma comunidade carente. Apesar de encontrarmos problemas comuns a todos os locais distantes do centro urbano habitado por moradores de média e baixa renda, percebe-se ali algo diferente: os moradores têm orgulho de seu “conjunto”¹. O motivo é simples. “Aqui não há violência”, “Aqui no conjunto é calmo, não tem bagunça” são frases muito ouvidas em algumas destes locais. Os moradores, ao apresentarem a comunidade onde moram a pessoas de fora do seu conjunto habitacional, iniciam a apresentação com frases como as acima ou similares. Estão se referindo à ausência de tráfico de drogas, cuja presença é comum em outras comunidades. Ao percebermos esta peculiaridade, resolvemos estudar como se dá esta “façanha” e que impactos ela tem na vida comunitária.

A razão pela qual não há tráfico de drogas é peculiar: muitos policiais e ex-policiais estão entre os moradores desses conjuntos e, respaldados pelo apoio da comunidade, não permitem que se instale lá qualquer ponto de venda de entorpecentes (conhecido como boca de fumo). Também é vedado aos moradores o consumo de qualquer droga nas ruas. Esta repressão não se dá com operações policiais regulares e oficiais. Há uma “ordem” ou código que não permite estas e outras práticas criminosas. Segundo relato de moradores, houve caso de tentativa de implantação de venda de drogas na comunidade. No entanto, os policiais moradores, organizados como uma espécie de “milícia”² paraestatal, desmontaram a “boca”, expulsando e até assassinando alguns traficantes. Neste caso, a “punição severa”, segundo os policiais, deve servir de exemplo para que tais tentativas não voltem a acontecer. E aparentemente, a maioria da comunidade apóia estes métodos. Um morador da região assim resume a situação descrita: “se pelos meios legais não se consegue expulsar os traficantes, tem que ser deste jeito (...) nossa vida é melhor deste jeito”.

Deste modo, selecionamos um conjunto habitacional de porte médio, no que diz respeito ao tamanho e número de habitantes, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro para observar o modo como se dá esta relação de “proteção” entre estes grupos de

¹“Conjunto” é a forma mais comum que os moradores se referem aos conjuntos habitacionais da região.

² Embora talvez não seja um termo preciso para designar estes grupos, iremos utilizá-lo, uma vez que a opinião pública, a imprensa e as próprias comunidades assim o denominam. Por isso, sempre vamos nos referir às “milícias” entre aspas.

policiais e ex-policiais e a comunidade. Por questões de segurança e para manter o sigilo de nossas fontes, vamos tratar a comunidade estudada pelo nome fictício de “Nosso Conjunto”.

Ao percebermos que havia um tipo de atitude diferente na comunidade estudada, face à ausência de tráfico, numa ação coordenada por policiais fora de seu serviço oficial, pensamos em examinar se é verificável ali qualquer impacto positivo sobre as regras de sociabilidade e de cooperação. Perguntamos-nos se poderia haver algum tipo próprio ou diferenciado de capital social numa comunidade, em que há imposição de regras de conduta, distanciadas do grupo, para punir infrações criminais decorrentes do tráfico de drogas. Esta questão foi muito importante na condução deste trabalho. É necessário salientar que como se trata de um estudo de uma comunidade específica, a maioria das conclusões não pode ser generalizada para outros lugares onde este novo fenômeno ocorre.

Não é de nosso interesse neste trabalho discutir os estudos sobre violência existentes nas Ciências Sociais. Trata-se de um campo complexo de estudo e optamos por não abordá-lo aqui. Já existem ótimos trabalhos sobre o tema, entre os quais se destacam Misse (2006), Machado da Silva (1997), Zaluar (1985) e Pinheiro (1983).

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como uma comunidade periférica da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro lida com a presença de grupos policiais que exercem na comunidade proteção de modo diferenciado, agindo como um grupo paraestatal organizado, tendo como objetivo principal coibir o tráfico de drogas no local. As conseqüências que esta ação provoca na comunidade são controversas, visto que gera sensação de segurança na maioria dos moradores da localidade, e ao mesmo tempo constrangimento de algumas pessoas que não se identificam com este tipo de prática.

Uma de nossas hipóteses é a de que a ação de policiais em grupos paraestatais altera significativamente a vida comunitária naquele espaço, dando a ele características distintas de outras comunidades periféricas de perfil socioeconômico semelhante. Para melhor analisar o impacto desta situação específica, utilizamos o conceito de capital social, buscando detectar alguma correlação entre a atuação dos policiais e o contexto local.

Deste modo, a hipótese inicial que norteia este trabalho é de que a forma de atuação destes policiais organizados como um grupo paraestatal, ao reprimir o tráfico de drogas em Nosso Conjunto e ao promover no local uma “sensação” de segurança e tranquilidade, cria condições para que a comunidade desenvolva capital social, uma vez que vários

constrangimentos ao associativismo, comumente presentes em comunidades que convivem com bandos de traficantes de entorpecentes, seriam eliminados.

Assim, no capítulo 1 buscaremos observar a dinâmica das relações sociais existentes em Nosso Conjunto, que muitas vezes são influenciadas pelo espaço público local e pelo tipo de presença que o Estado tem na localidade, face aos serviços por ele prestados. Para tal, faremos uma breve discussão sobre a questão das favelas e comunidades pobres em geral e suas conturbadas relações mantidas com o restante da cidade, assim como um breve panorama da política habitacional do Rio de Janeiro, focando principalmente o histórico dos programas de conjuntos habitacionais populares. Concluimos o capítulo com uma nota sobre espaço urbano e segregação, observando como estes fatores influenciam a vida comunitária do local.

No capítulo 2, inicialmente traçaremos um breve paralelo entre o estado de natureza pensado por Thomas Hobbes em sua construção do pacto social, buscando compreender os possíveis limites existentes no imaginário social sobre situações que não obedeçam aos padrões normalmente esperados num estado democrático de direito. A seguir, tentaremos discutir algumas peculiaridades existentes na prática dos policiais que possam formar um *ethos* próprio. Depois buscaremos fazer algumas diferenciações entre as várias formas de atuação da polícia como grupo paraestatal. A seguir, descreveremos o modo como se dá a atuação dos policiais no Nosso Conjunto, salientando as formas arbitrárias e unilaterais com que são administrados os conflitos e como se estrutura o poder policial na comunidade. E finalmente discutiremos como estes policiais acabam por formar uma espécie de elite local, influenciando comportamentos entre os moradores locais.

No capítulo 3, faremos uma breve reflexão sobre como o tema das “milícias” vem sendo tratado na imprensa, observando as principais “teses” defendidas sobre o tema. A forma que os agentes públicos e o próprio governo, principalmente o estadual, que é o responsável constitucional pela segurança pública, lida com o fenômeno das “milícias” também serão discutidos neste capítulo.

No capítulo 4, trataremos de como o capital social se manifesta em Nosso Conjunto. Para tal, faremos breve discussão sobre o conceito e suas aplicações práticas. Também refletiremos sobre como o papel do Estado na sociedade se modificou durante os últimos anos, fato que provocou mudanças significativas nas relações entre Estado, sociedade, mercado. A seguir, veremos de que forma os moradores da comunidade estudada se associam, mantêm redes de cooperação e confiança, que por sua vez, são elementos indispensáveis do capital social.

Encerrando, apresentamos nossas considerações finais sobre o conjunto do trabalho.

Nota metodológica

Nossa pesquisa foi realizada entre os meses de março e novembro de 2006. A maior parte das pesquisas em Ciências Sociais combina análises quantitativas e qualitativas, tal como Goldenberg, (GOLDENBERG, 2003) coloca de forma sucinta. Em nosso caso, julgamos ser mais adequado proceder na parte da pesquisa de campo utilizando técnicas prioritariamente qualitativas, principalmente entrevistas semi-estruturadas. Entrevistamos cerca de vinte moradores da comunidade, entre policiais, líderes comunitários, comerciantes, motoristas de Kombi, professores de escolas da localidade, donas-de-casa, comerciários e aposentados. Também entrevistamos moradores de outras localidades, assim como outros policiais, visando a obter mais informações, especialmente para compreender melhor o *modus operandis* da polícia.

Como nosso objeto de estudo trata algumas vezes de assuntos delicados, principalmente para os moradores dos conjuntos habitacionais, nossa estratégia de captar informações, além daquelas obtidas pelos questionários e entrevistas, foi fundamental para que os dados fossem os mais confiáveis possíveis. Deste modo optamos por não aplicar questionários, por julgar que seria uma forma ineficiente de colher dados, já que em grande parte das informações que desejávamos não poderia ser colhida dessa forma. No nosso caso, muitas vezes conversas informais foram bastante reveladoras, visto que várias informações relevantes para a pesquisa foram obtidas desta forma.

Uma vez que temos relações sociais e pessoais na comunidade estudada, foi um desafio pessoal buscar distanciamento crítico, indispensável ao pesquisador, para realizar adequadamente a pesquisa que norteou este trabalho. Esperamos ter conseguido lograr este objetivo. Todavia, temos que reconhecer que esta mesma proximidade com algumas pessoas do local nos foi muito útil para a coleta de dados e informações, inclusive as mais “delicadas”.

Capítulo 1

O Nosso Conjunto: semelhanças e particularidades de uma comunidade periférica da cidade do Rio de Janeiro

Comunidades pobres e suas representações sociais

Ao entrarmos pela primeira vez em Nosso Conjunto, podemos observar crianças brincando nas ruas, pessoas sentadas nas calçadas bebendo cerveja e conversando após uma jornada de trabalho. As construções mal conservadas e as ruas estreitas trazem à memória a imediata associação com as favelas. Quando associamos um determinado lugar à “favela”, transferimos imediatamente todo um conjunto de representações geralmente associadas ao termo. Evidentemente, não há critério científico pelo qual se possa classificar um local como “favela” ou “não-favela”. Assim ficamos relegados a tentar classificar lugares de acordo com critérios subjetivos. No Rio de Janeiro, é muito conhecida a dicotomia Morro \times Asfalto, utilizada para criar uma diferenciação entre os lugares.

De toda forma, “favela” é aquele tido como o “não lugar”. No senso comum do “asfalto”, o morro (que tem neste caso o mesmo significado de favela) é o lugar das ausências. Seja de infra-estrutura estatal, saneamento, segurança, e cidadania. A favela é carregada de simbologia. O morador da favela, o “favelado” acaba por carregar consigo também um forte estigma: é tido ao mesmo tempo como “vítima” e “vilão” da trama urbana carioca.

A obra *Cidade Partida*, do jornalista Zuenir Ventura (1994), obteve grande repercussão em meio ao debate acerca da violência urbana, especialmente no Rio de Janeiro. O autor sugere que a cidade do Rio de Janeiro é uma cidade partida entre “o morro” e o “asfalto”, com cada parte da cidade funcionando sob estas respectivas lógicas. Um dos colaboradores de Ventura no livro, o sociólogo Caio Ferraz, pensa em um novo conceito capaz de caracterizar a não existência de cidadania plena nas favelas: a noção de *favelania*, que pode ser interpretada como um alerta a respeito da materialização da brutal diferenciação, mediante o preconceito, que a sociedade faz com as favelas. A noção de *favelania* pode servir como um reconhecimento da frustração de um projeto republicano que pretendia a

universalização da cidadania. Na medida em que a cidade não consegue realizar sua “unificação”, aqueles que se preocupam com seus destinos acabam por ficar com um sentimento de derrota e frustração.

Em estudo pioneiro, Alba Zaluar capta várias faces do fenômeno da criminalidade violenta, relacionando os papéis dos vários atores sociais envolvidos ali, observando a representação social da oposição trabalhador x bandido. Assim a autora explica esta oposição:

Apesar destes pontos de identificação e colaboração entre bandidos e trabalhadores [que a autora tinha se referido anteriormente], num aspecto a oposição entre eles é clara: é o que diz respeito ao trabalho. Para os trabalhadores, o bandido é a pessoa atraída pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar, que tem maus vícios quando comparado ao trabalhador que fala ou a alguém de sua família. Para o bandido, o trabalhador é um “otário” que trabalha cada vez mais para ganha cada vez menos. (ZALUAR, 1985: 145)

Esta oposição tem um importante significado para todos os agentes sociais envolvidos, na medida em que trabalhadores, bandidos e a própria polícia operam sob a lógica desta oposição. Segundo Zaluar, o elemento que os próprios moradores identificam como sendo diferenciador entre os “trabalhadores” e os “bandidos” é a arma de fogo, cuja escolha de seu uso ou não uso é feita sob uma ética de valorização da honestidade, por parte dos trabalhadores. Estes também identificam uma importante diferenciação entre os bandidos. Existem então duas “categorias” de bandidos: os *bandidos formados* e *bandidos porcos*. Os primeiros seriam aqueles que respeitam certas regras de convivência dentro da comunidade, protegendo-a da ação de outros bandidos. Já o “bandido porco” é aquele que rouba dentro da comunidade, trazendo a “sujeira” para o local – daí a expressão “porco”³.

Certa vez, um morador de uma conhecida favela do Rio de Janeiro, nos confidenciou que tinha preferência por certo “comando” em relação a outro, porque segundo esse morador, o comando que controlava o local onde ele morava respeitava os trabalhadores, e em certos casos ajudava um ou outro morador em caso de doença (principalmente providenciando locomoção até o serviço médico mais próximo). Já no morro vizinho, que era dominado por outro “comando”, o clima era de tensão permanente (mas também havia tensão no morro que o sujeito morava, principalmente nas incursões policiais e tentativas de invasão pelo rival), em que não havia qualquer tipo de relação amistosa entre trabalhadores e traficantes, imperando o

³ Entre traficantes de drogas e em alguns círculos populares do Rio de Janeiro, os policiais também são chamados de “porcos fardados”.

medo o tempo todo. Este morador nos disse que acreditava que esta diferença entre os comandos se dava principalmente devido às diferentes características dos bandidos que constituíam os “comandos” rivais. Para ele, o “comando” que controla o morro onde ele mora é formado por “caras mais velhos” – ou bandidos formados – que preferem negociar com a polícia a enfrentá-la. Já o comando rival seria composto por “garotões”, que preferem se exhibir para os outros, não medindo as consequências de seus atos, que não respeitariam nem os moradores ou a polícia, preferindo o confronto à negociação. Esta narrativa nos confirma a diferenciação que Zaluar mostrara há mais de vinte anos. Infelizmente não dispomos de meios para confirmar a hipótese de nosso informante sobre a composição e o comportamento dos integrantes dos “comandos”.

Este estigma que as favelas sofrem não se restringe somente a parte da opinião pública e ao senso comum. Ele também é compartilhado por boa parte dos agentes públicos, inclusive a polícia. Ao longo dos últimos 25 anos, alguns cientistas sociais têm produzido vários trabalhos que tem servido para romper com este estigma, apresentado outras faces da favela, além do lugar comum pobreza e violência. Os trabalhos de Edmundo Campos Coelho e Antonio Luiz Paixão⁴ foram muito importantes para se pensar a criminalidade violenta além da relação pobreza-crime. Mais recentemente, os trabalhos de Marcos Alvito⁵ têm sido muito felizes em mostrar a favela de modo diferente, apreendendo suas diferentes nuances, sua diversidade e suas contradições.

Não se pode desconsiderar também o papel que os moradores das favelas tiveram ao longo do último século, lutando muitas vezes ativamente por seus direitos. Podemos destacar, por exemplo, a criação da FAFERJ, Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro em 1950, que durante sua história sempre foi combativa e representante dos interesses dos moradores das favelas no Rio de Janeiro. Em 1963 foi fundada a FAFEG, Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, que teve um importante papel ao organizar congressos de Associações de moradores das favelas, especialmente durante o período mais de repressão mais violenta do regime militar, notadamente o período de 1968 a 1974. Neste período ocorreu a fase mais violenta da política de remoções das favelas, como veremos à frente. No fim da década de 1970, a FAFERJ enfrenta uma dissidência⁶, devido à divergência de seus integrantes em relação ao modo que a federação deveria se relacionar com o poder público. Os integrantes que comandaram a dissidência pensavam em se

⁴ Principalmente COELHO, 1988 e PAIXÃO, 1983.

⁵ Ver principalmente ALVITO, 2001.

⁶ Ver DINIZ, 1982.

relacionar de forma mais autônoma e combativa, enquanto os que permaneceram na FAFERJ buscavam uma atuação mais pragmática, ainda que isso significasse ceder às intenções fisiológicas do poder público. Notadamente, esta divisão estava cercada de interesses políticos partidários de ambos os lados.

Breve panorama da política habitacional do Rio de Janeiro

Poderíamos adotar vários marcos iniciais para descrever a política habitacional da cidade do Rio de Janeiro. Em 1906 o prefeito da cidade, Pereira Passos, promove uma grande reforma urbana, conhecida como “bota abaixo”, que pretendia revitalizar o centro da cidade, removendo as populações pobres que ali residiam, visando “higienizar” a cidade, porta de entrada do país. A forma autoritária pela qual a prefeitura da cidade de então realizou esta intervenção urbana culminou no evento histórico que ficou conhecido por “Revolta da Vacina”. No “bota abaixo” de Pereira Passos já é identificado a principal característica da política habitacional vigente no Rio de Janeiro no último século: a modernização conservadora.

Contudo, foi apenas na década de 1940 que veio a acontecer a primeira intervenção efetiva do poder público na questão habitacional na cidade do Rio de Janeiro, com a implantação dos parques proletários, que pode ser interpretada politicamente como mais uma tentativa de aproximação e cooptação política do governo de Getúlio Vargas para com as classes populares do Rio de Janeiro. Nas palavras de Marcelo Burgos:

Assim é que a ‘descoberta’ do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade, o que explica o sentido do programa de construção dos parques proletários, que tem por finalidade, acima de tudo, resolver o problema das condições insalubres das franjas do Centro da cidade, além de permitir a conquista de novas áreas para a expansão urbana (BURGOS, 1999: 27).

A idéia inicial era que estes parques proletários serviriam como moradia provisória para aquelas famílias, enquanto seu local de origem era urbanizado (VALLA, 1984:8 *apud* BURGOS, Op. cit). Mas essa urbanização nunca ocorreu, e as famílias lá permaneceram até que a especulação imobiliária os expulsasse (VALLADARES, 1978:23 *apud* BURGOS,

Idem), especialmente os habitantes dos parques proletários do Leblon e da Gávea, que estão entre os bairros mais valorizados da cidade.

Especificamente na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, um dos grandes “trunfos” eleitorais do trabalhismo – corrente política identificada principalmente com os ex-presidentes Vargas e João Goulart – foi sua política habitacional, centrada na construção de conjuntos habitacionais. Segundo Ricardo Guanabara:

Os estudos sobre a experiência dos conjuntos habitacionais revelam que, a despeito de sua pouca eficácia na resolução do grave problema da moradia, tal política deixou uma memória positiva, nas classes populares, de uma iniciativa que, segundo elas, significava uma atenção especial e inédita do Estado aos seus problemas. (GUANABARA, 1999: 165)

A partir da década de 1950, a Igreja Católica tornou-se um importante agente mediador da política habitacional no Rio de Janeiro. Também o poder público, observando a crescente pressão oriunda das associações de moradores das favelas, percebeu que teria de desenvolver alguma forma de atuação para contê-las. Era notória a presença do Partido Comunista Brasileiro nestas associações, auxiliando-as a se organizarem de modo mais eficiente. Neste sentido, a ação social da Igreja serve como contraponto ao “perigo vermelho”, já que neste período o mundo vive a guerra fria em seu período mais intenso, e qualquer grupo expressivo torna-se “alvo” da disputa entre as duas ideologias dominantes. Os principais braços sociais da Igreja neste período são a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião, fundados respectivamente em 1946 e 1955. A Fundação Leão XIII tinha como principal objetivo dar assistência aos moradores de favelas, provendo infra-estrutura básica em algumas comunidades e incentivando a vida associativa nestes locais, desde que sob sua “vigilância”. Desde modo, sua atuação atendia tanto aos interesses do poder público, já que algumas demandas eram supridas e outras retiradas da pauta de reivindicações dos “favelados”, quanto aos interesses da Igreja Católica, que tinha assim oportunidade de se aproximar mais dos pobres, conforme a doutrina social então vigente na Igreja. A Cruzada São Sebastião tinha basicamente os mesmos objetivos da Fundação Leão XIII, e seu legado mais importante para a cidade foi o Conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, construído no Leblon, e que até hoje é visto com receio e incômodo por outros moradores do bairro⁷. Todavia, também houve casos em que a Igreja Católica se opôs aos planos do poder público,

⁷ Sobre a Cruzada São Sebastião ver MASCARENHAS, 2005.

como em remoções de algumas favelas (BURGOS, op. cit. 31). Se a intenção de ambos era inibir a capacidade dos moradores das favelas do Rio de Janeiro de se organizarem para reivindicar mais direitos, essa tentativa foi frustrada, pelo menos parcialmente.

Já que era inevitável o isolamento das populações “faveladas” da esfera do embate político, isso deveria ser feito, na ótica do poder público, de forma tutelada. Por isso, no âmbito do poder público é criado o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas, SERFHA, que na prática limitava-se a apoiar as ações da Cruzada São Sebastião e da Fundação Leão XIII (Idem: 30). Em 1960 Carlos Lacerda assume a administração do recém criado estado da Guanabara ao qual o SERFHA é incorporado. Em um primeiro momento sua atuação é mais ligada aos interesses dos moradores das favelas, estimulando inclusive a criação de associações de moradores, tendo como objetivo capacitar estes moradores para agir com mais independência em relação às práticas políticas clientelistas (LEEEDS & LEEDS, 1978: 212 *apud* Idem: 31). Neste sentido, o SERFHA e o próprio Estado buscam viabilizar meios de relacionar-se com as populações “faveladas” sem mais contar com a mediação da Igreja Católica.

Todavia, Lacerda opta em 1962 por desmontar o SERFHA e criar a CEHAB, Companhia Estadual de Habitação, cuja principal atribuição seria a construção de conjuntos habitacionais populares, geralmente destinados aos moradores de favelas removidos. Grandes conjuntos são construídos como a Vila Kennedy e Vila Aliança na região de Bangu, Cidade de Deus em Jacarepaguá e o Otacílio Camará, mais conhecido como *Cesarão*, em Santa Cruz. Como a maioria desses conjuntos e dos outros construídos pela CEHAB ficam localizados em locais distantes do centro da cidade e da zona sul – locais onde a maioria dos moradores das favelas removidos trabalha – vários problemas e conflitos surgem deste impasse entre os moradores e o poder público (PERLMAN, 1977).

Já em 1968, a via “remocionista”, que já estava em prática no governo Lacerda, é aprofundada com a criação, pelo governo federal, da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, CHISAM. Seu principal objetivo era a erradicação das favelas do Rio de Janeiro, já que estas, sob sua ótica, seriam nada mais do que uma aberração urbana. E a partir deste momento ela fica sendo responsável pelo planejamento e a execução da política habitacional no Brasil. A CEHAB, sob as ordens da CHISAM e com financiamento do BNH⁸ intensifica a construção dos conjuntos habitacionais. Os conflitos acima mencionados se tornam mais violentos no período de 1968 a 1974, que não

⁸ Banco Nacional de Habitação.

coincidentalmente é o período mais repressivo da ditadura militar. Neste período a CEHAB construiu, entre outros o Conjunto Habitacional Dom Jaime de Barros Câmara no bairro de Padre Miguel, que na época, segundo a companhia⁹, foi considerado o maior projeto habitacional da América Latina.

A partir de 1974, o regime militar começa a sua fase de transição, tornado-se menos repressivo. No plano da política habitacional, detecta-se que lentamente os moradores das favelas passam a ser um pouco mais ouvidos, principalmente porque se configuram como uma importante clientela política – e a política de remoções das favelas perde fôlego – mas as construções de conjuntos habitacionais populares, que agora servem principalmente a estes propósitos políticos, continuam. É neste contexto que muitos conjuntos habitacionais foram construídos na zona oeste do Rio de Janeiro, inclusive o Nosso Conjunto.

A partir da década de 1980, o foco principal da política habitacional passou a ser a urbanização das favelas e dos conjuntos habitacionais mais antigos. A crescente violência urbana localizada nestes núcleos habitacionais foi vista por muitos observadores e pelo poder público como um importante entrave na efetivação de políticas públicas. Nas duas gestões de Leonel Brizola (1983-1986) e (1991-1994), buscou-se modificar as relações entre as comunidades pobres e o governo estadual, rompendo-se definitivamente com o modelo “remocionista”. Neste período, destaca-se a tentativa de implementação por parte do governo de implantação de uma política de direitos humanos para com essas comunidades, buscando modificar o modo muitas vezes autoritário como a polícia agia nestes locais. Dentre os principais programas sociais voltados para as comunidades, destacam-se o programa “Cada família, um lote”, que tinha como objetivo regularizar a situação de cerca de 400 mil lotes ilegais, dando posse legal aos seus ocupantes, e o PROFACE¹⁰, que visava estender a rede de água e esgoto para cerca de 60 favelas, contribuindo para sua urbanização.

Neste período, as relações entre as lideranças comunitárias e o governo se modificaram, já que o segundo tornou-se mais sensível às demandas destas comunidades pobres. Como nos afirmou uma liderança comunitária de Nosso Conjunto: “Foi no governo Brizola que tivemos mais diálogo com o Estado e nossas demandas eram mais atendidas. Depois que ele (Brizola) saiu, nunca mais tivemos o mesmo tratamento por parte do governo,

⁹ Ver <http://www.cehab.rj.gov.br/empresa>.

¹⁰ Programa de Favelas da CEDAE.

tanto na esfera estadual como municipal”. Todavia, não raro muitas lideranças comunitárias eram cooptadas tanto pelo governo, quanto pelo partido de Brizola, o PDT¹¹.

Dentre as intervenções mais significativas da década de 1990, destacam-se o programa favela-bairro, criado pela prefeitura na primeira gestão de César Maia (1993-1996) e o programa do governo estadual Morar Feliz, criado na administração de Anthony Garotinho (1999-2002), cujo principal legado foi a construção do conjunto habitacional Nova Sepetiba, no bairro de mesmo nome.

Uma visão panorâmica de Nosso Conjunto

O morador do Nosso Conjunto em geral não percebe sua comunidade como uma favela. Evidente que negando que more em uma favela, ele quer retirar de si o estigma¹² que o “favelado” traz consigo. Uma importante liderança comunitária local nos relatou que há alguns anos, um representante da CEHAB disse em evento ocorrido na Associação de Moradores que aquele conjunto foi o único construído pela companhia que “não tinha virado favela”. Não podemos precisar em que contexto e com que intenção a afirmação foi feita, mas de certo modo ela vem a reforçar a identidade de “não-favela” sustentada pelos moradores de Nosso Conjunto. A prefeitura, que através do IPP (Instituto Pereira Passos), cataloga e classifica as localidades da cidade do Rio de Janeiro conforme os padrões demográficos internacionais, não incluem o Nosso Conjunto e a maioria dos conjuntos habitacionais da região como “Aglomerados Subnormais”, nome técnico usado para se referir às favelas.

O Nosso Conjunto está situado à margem de uma das principais avenidas de ligação da zona oeste e o subúrbio com o centro da cidade do Rio de Janeiro. Existem duas saídas principais da comunidade: a primeira dá acesso diretamente a esta importante avenida, onde há um ponto de ônibus; já a segunda saída liga o conjunto habitacional a uma importante estrada da região, que faz a ligação de vários sub-bairros e outras comunidades ao principal centro comercial da região. Segundo dados da Associação de Moradores local, a comunidade possui 42 ruas e 1227 casas, contando com cerca de oito mil moradores. Como o Nosso Conjunto foi construído pela CEHAB, as casas de um modo geral têm um padrão de construção único, mas que permite a ampliação dos imóveis pelos respectivos proprietários.

¹¹ Partido Democrático Trabalhista.

¹² Sobre o conceito de estigma ver: GOFFMAN, 1982.

Já o perfil populacional do Nosso Conjunto é um pouco heterogêneo. Como não conseguimos estimativas oficiais especificamente sobre a população da localidade, optamos por adotar o perfil habitacional da 18ª Região Administrativa¹³, onde o conjunto habitacional está localizado, que compreende os bairros de Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba e Senador Augusto Vasconcelos. Deste modo, tentaremos comparar estes dados com alguns estimados da comunidade. No anexo I encontra-se a síntese dos principais indicadores sociais da região.

Ao analisarmos comparativamente os indicadores sociais da região com os da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que em sua maioria estão abaixo da média, mas, em contrapartida, em geral não são os piores da cidade. Um importante dado observado é a disparidade entre a renda *per capita* estimada da região de R\$ 304, 24 e o mesmo índice do Nosso Conjunto, que é estimado pela Associação de Moradores e pelas escolas municipais locais *capita* entre R\$ 87, 50 e R\$262, 60¹⁴. Ainda que sejam dados não-oficiais, chegamos a este número adotando a informação local de que a maioria das famílias possui renda média mensal entre um e três salários mínimos. A maioria dos próprios moradores refere-se à sua comunidade como sendo de “baixa renda”. Outra característica marcante observada por lideranças comunitárias locais é o grande número de pessoas que se casam, têm filhos e continuam morando na comunidade, não raro na própria casa dos pais. Este fato, ainda segundo estas lideranças comunitárias, contribui para que a renda *per capita* das famílias seja baixa. Todavia não tivemos durante a pesquisa meios seguros de aferir a veracidade desta afirmação. De toda forma, esses dados confirmam a percepção local de assumir a comunidade como sendo de baixa renda.

É muito curiosa esta diferenciação entre se assumir como sendo uma comunidade de baixa-renda, mas não se identificar como “favelado”. Provavelmente isso se dá desta forma devido à questão do estigma que comentamos acima. Esse estigma, portanto, não é de ordem econômica, mais de ordem social. Segundo Goffman (GOFFMAN, Op. cit.), o estigma é caracterizado principalmente segundo a interação social, principalmente em espaços públicos. Por isso, é de se supor que a reação dos moradores em negar o estigma de “favelado” para si é uma atitude prioritariamente defensiva. É curioso que aqui se a argumentação de Goffman de que a categoria “pobre” é dada mediante a interação social, ela se transfigura na categoria “favelado”. Uma fonte local, ao discutir conosco a diferença entre “pobre” e “favelado”

¹³ A prefeitura do Rio de Janeiro divide a cidade em 34 Regiões Administrativas (RAs).

¹⁴ Cálculo obtido considerando-se o salário mínimo nacional de R\$350,00 e quatro pessoas por família.

utilizou-se do seguinte argumento, em mais um exemplo da grande dificuldade dos moradores em “aceitar” o estigma de “favelado”:

Eu vim de uma favela da Tijuca (bairro de classe média na zona norte do Rio de Janeiro) para o conjunto há muito tempo. Continuo pobre, mas pelo menos deixei de ser favelado. (...) É muito difícil deixar de ser pobre, crescer (no sentido financeiro) se morando em uma favela. (...) Morando aqui tenho mais auto-estima, mesmo que longe do Centro. Até porque se a gente diz que mora em favela, o emprego fica mais difícil.

Observando os problemas estruturais, apuramos que um dos principais problemas do local é o transporte. O Nosso Conjunto atualmente não conta com linha de ônibus regular. Algumas linhas passam nas extremidades do conjunto, ligando-o ao centro do Rio, assim como a bairros e municípios vizinhos. Dentro da comunidade transita 24 horas um serviço de Kombi, ligando o conjunto ao principal centro comercial da região, onde boa parte dos moradores trabalha ou faz baldeação para outros lugares.

Por esta razão, esse serviço de Kombi é muito importante para a comunidade. Todavia, o transporte “alternativo” na região é cercado por disputas e alvo de ameaças e repressão da prefeitura municipal. Segundo informações colhidas na região, os motoristas são em grande maioria moradores da localidade. Já os “proprietários” deste serviço são os mesmos policiais que fazem a proteção local, que operam em acordo entre si, como veremos no capítulo 2. Caberia aos policiais, de maneira não oficial, garantir a ordem na linha, seu funcionamento eficiente e a segurança dos usuários. Esta segurança é feita da seguinte forma: assaltos são coibidos e caso ocorram, são punidos “exemplarmente” (até com o assassinato dos assaltantes), criando-se um código não oficial de segurança, em que os limites entre “bandidos” e “policiais” são reconhecidos pelas duas partes: onde há proteção extra-oficial, não ocorrem crimes dos “bandidos”. Onde não há, a repressão cabe “apenas” à força policial regular, que possui limitações operacionais, fato público e notório no Rio de Janeiro.

A Associação de moradores pleiteia uma linha de ônibus para a comunidade, já que a antiga linha que servia à localidade foi desativada (na realidade ela não existia formalmente na SMTU¹⁵). A empresa que mantinha a linha de ônibus alega que a linha não dava lucro por causa da concorrência das Kombis. Todavia, observamos que, na realidade, o serviço prestado por essa empresa era de péssima qualidade, e que o intervalo entre um “carro”¹⁶ e outro era

¹⁵ Secretaria Municipal de Transportes.

¹⁶ Carro é como os motoristas se referem a unidade física do ônibus.

muito grande. A ligação entre a comunidade e o centro da cidade pode ser feita atualmente por baldeação, no centro comercial da região, ou através de uma linha que os moradores chamam de “frescão”, em referência ao ar condicionado do ônibus. Todavia, este serviço custa o dobro da passagem normal, e a maioria dos empregadores não consegue pagar ao trabalhador que mora na comunidade o valor integral da passagem. Como o conjunto habitacional é considerado uma localidade “dormitório”, ou seja, a maioria das pessoas trabalha fora da localidade, saindo de manhã cedo e voltando à noite para casa, esse alto custo da passagem altera significativamente a taxa de emprego do local. Por exemplo, se um trabalhador recebe mensalmente dois salários mínimos (R\$700,00) e trabalha 22 dias por mês no centro do Rio de Janeiro, ele gastará cerca de R\$ 176,00 reais por mês, visto que a passagem deste serviço custa R\$4,00. Deste modo, o trabalhador em questão gastaria cerca de 25% de seu salário apenas em transporte. Segundo a Associação de Moradores, a solução para este problema seria a implantação de uma linha convencional que ligasse o Conjunto habitacional e suas redondezas ao centro da cidade. Mas para se conseguir uma linha há vários obstáculos. Há obstrução local por parte da cooperativa de Kombi, já que o transporte alternativo não trabalha com o *Rio Card*, implantado pela prefeitura com apoio das empresas de ônibus e serve como um cartão em que se depositam créditos para serem gastos no transporte público. Como um grande número de empresas paga o transporte deste modo, as Kombis perderiam clientela. Alguns moradores que ganham o *Rio Card* de suas empresas acabam vendendo com deságio para outros que utilizam o transporte convencional.

A maioria de nossas fontes locais também reclama do comércio no interior da comunidade, que é insatisfatório. Por exemplo, não há farmácia na região que faça plantão noturno. A farmácia mais próxima que faz este serviço fica cerca de 8 km de distância do Nosso Conjunto. A principal área de lazer do bairro é uma praça, chamada de “praça da alegria”. Nela existe uma quadra de futebol e alguns bares e lanchonetes, que têm funcionamento noturno. Esta praça é o principal ponto de encontro das crianças e dos adultos, que lá se reúnem para conversar e beber. Os jovens costumam ligar o rádio de seus carros em volume alto, para se confraternizarem. Ali raramente há brigas. De um modo geral, pode-se afirmar que a convivência entre os moradores é pacífica e ordeira.

Nas últimas décadas, os governos não têm investido o suficiente em infra-estrutura de localidades carentes como a que está sendo estudada. Praticamente só a prefeitura municipal é que se faz presente com obras e serviços públicos na região. Todavia, segundo relatos de líderes comunitários locais, a liberação de recursos muitas vezes depende de acertos políticos

entre a subprefeitura local (que é ocupada por políticos indicados pelo prefeito) e a comunidade. Esta prática é comum não só na comunidade, mas em toda região.

Dito isso, se comparamos a comunidades vizinhas, há uma tímida participação formal do governo no Conjunto habitacional. Todavia, na prática os serviços básicos prestados são insatisfatórios. Suas ruas foram asfaltadas na gestão do prefeito Marcello Alencar (1989-1992), sendo esta a última intervenção relevante do poder público na localidade. Não há na comunidade nenhum posto de saúde. O mais próximo está localizado em um conjunto habitacional que fica a cerca de 2 km da comunidade. Todavia, o presidente da Associação de moradores nos disse que o pleito pela instalação de um posto de saúde não era uma prioridade de sua administração, uma vez que dificilmente, na sua avaliação, esta demanda seria atendida. Este posto de saúde próximo tem infra-estrutura razoável, contando com algumas especialidades médicas e um pequeno serviço de emergência. Os casos mais graves são encaminhados aos grandes hospitais de emergência da região, que são administrados pelo governo estadual e de modo geral têm um péssimo serviço de atendimento à população.

Já no campo da educação pública, a situação da comunidade é um pouco melhor. Existem duas escolas municipais e uma estadual. Cada escola fica responsável por uma etapa da educação básica. Nas duas unidades municipais, os alunos cursam o ensino fundamental, dividido em segmentos¹⁷. Os primeiros, correspondendo da turma de educação infantil até o 2º ano do 2º ciclo (equivalente ao antigo primário, do pré-escolar à 4ª série), são oferecidos por uma escola, e os últimos ciclos, que correspondem ao período do 3º ano do 2º ciclo ao 3º ano do 3º ciclo (equivalente ao antigo ginásio, da 5ª à 8ª série) pela outra escola municipal. Já o ensino médio é oferecido por uma escola estadual, também situada na comunidade. Esta integração entre as escolas da localidade foi planejada pela SME (Secretaria Municipal de Educação) e tem rendido bons frutos para a comunidade, que deste modo consegue ter toda sua demanda na parte de educação básica atendida pelo poder público.

¹⁷ A Prefeitura do Rio de Janeiro atualmente não trabalha mais com o antigo sistema seriado escolar, substituído pelo sistema de segmentos escolares.

Nota sobre espaço urbano e segregação

Ao refletir sobre o histórico da segregação espacial em São Paulo, Teresa Caldeira (CALDEIRA, 2000) identifica a existência de basicamente três tipos de segregação, que se sucedem temporalmente. A primeira experiência de segregação é aquela na qual as diferentes classes sociais convivem em espaços próximos. O segundo tipo de segregação é aquele em que os pobres são “expulsos” pela especulação imobiliária dos centros urbanos, sendo “empurrados” para a periferia. E o terceiro tipo é o fenômeno mais recente, em que as pessoas com maior poder aquisitivo se refugiam em enclaves fortificados, que almejam ser espaços “à parte” da cidade, na expectativa de que se procedendo desta forma, os problemas indesejáveis da metrópole, principalmente a violência urbana, fiquem de fora do local onde vivem. É importante salientar o modo como esta segregação é socialmente construída. A autora colhe vários relatos em sua pesquisa no qual a criminalidade é associada pelas pessoas com a presença das favelas nas proximidades, que “estragam” a vizinhança. Este sentimento muitas vezes é compartilhado por autoridades, agentes do Estado e até por parte da opinião pública, mesmo que nos últimos anos isto tenha ocorrido de forma mais velada.

Esta trajetória descrita por Caldeira na cidade de São Paulo assemelha-se em grande parte à trajetória da segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. Se observarmos o contexto da construção dos conjuntos habitacionais populares no Rio de Janeiro, identificamos que a opção por se construir a grande maioria destes conjuntos em bairros afastados do Centro urbano carioca encaixa-se perfeitamente no segundo tipo de segregação descrito por Caldeira. Todavia, observa-se que nos últimos quinze anos a zona oeste do Rio de Janeiro foi a área da cidade que teve o maior crescimento populacional. Trata-se de uma área muito heterogênea que abriga tanto o rico bairro da Barra da Tijuca como bairros mais pobres como Campo Grande e Santa Cruz. Culturalmente a Zona oeste é subdivida em duas grandes áreas: a região que engloba os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca e a região atendida pelos trens oriundos da Central do Brasil, onde estão os bairros de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. É neste setor da zona oeste que está situado o Nosso Conjunto e quando nos referimos a Zona Oeste a partir de agora estamos nos referindo especificamente a este setor. Segundo dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), dentre as 32 regiões administrativas do município do Rio de Janeiro, a de Santa Cruz (19ª R.A.) está na

27ª posição, tendo o IDH¹⁸ de 0,747; a região de Bangu (17ª R.A.) está na 23ª posição, com o IDH de 0,792; e a de Campo Grande (18ª R.A.) em 22ª, também com 0,792¹⁹. Para efeito de comparação, a região da Barra da Tijuca (24ª R.A.) tem o IDH de 0,918, ocupando a 5ª posição e Jacarepaguá (16ª R.A.) 0,844, ficando na 12ª posição.

Com o crescimento acelerado da região, a Zona Oeste acabou por reproduzir também todos os tipos de segregação observados por Caldeira. Coexistem áreas onde moram pessoas ricas e pobres, mas a maioria dos locais mais pobres está localizada em espaços mais distantes do centro comercial dos bairros da região. Também há ocorrência de enclaves fortificados, porém com uma interessante e nova peculiaridade: essa opção se dá em muitas comunidades pobres devido ao grande temor que o tráfico de drogas traz à cidade. Esse desejo por habitar um enclave fortificado é um importante fator para que a ação das milícias, como veremos no capítulo 2, ganhe dimensões importantes e apoio nas comunidades.

¹⁸ Índice de Desenvolvimento Humano.

¹⁹ Para efeito de cálculo do IDH, foi utilizado um valor de 100%.

Capítulo 2

A prática policial local: arbitrariedade no enfrentamento dos conflitos e segurança diferenciada

Desde a fundação do Nosso Conjunto, no início da década de 1980, há entre os moradores policiais militares. E desde o início há casos de “imposição de respeito”, que devem ser entendidos como demonstração de força e autoridade para com aqueles que se utilizam de sua condição de policial. Todavia, não há uma liderança fixa embora a periodicidade para essas mudanças seja aleatória. Cada PM tem um “ramo” de atuação, reconhecido e respeitado pelos demais, ainda que eventualmente possam ocorrer disputas. Entre algumas atividades promovidas por estes indivíduos está a segurança particular, um serviço de transportes por Kombis e “moto-taxi” (que compõem o chamado transporte alternativo) e o fornecimento, de maneira clandestina, de uma de TV por assinatura, conhecida pelo nome de “gatonet”. Como veremos neste capítulo, este tipo de organização está se disseminando em toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, mantendo algumas características comuns entre todas elas e com algumas características particulares.

Um “mundo hobbesiano” e o poder da arma

Como visto no capítulo anterior, várias representações sociais negativas são feitas acerca de comunidades periféricas como o Nosso Conjunto. Ao refletir sobre a dificuldade que o governo brasileiro tem no que diz respeito a sua eficiência, Wanderley Guilherme dos Santos defende a tese que uma das principais fontes desta dificuldade é o “híbrido institucional que associa uma morfologia poliárquica, excessivamente legisladora e regulatória, a um hobbesianismo social pré-participatório e estatofóbico” (SANTOS, 1993: 79). Deste modo, uma das principais conseqüências deste fenômeno descrito por Santos é o baixo nível de confiança que a população brasileira tem em relação às instituições, que associado a uma tendência nacional à negação do conflito, ou ao menos, ao seu escamoteamento, produz resultados insatisfatórios no que diz respeito à eficácia das

instituições responsáveis pela administração dos conflitos no Brasil. Ainda segundo o raciocínio do autor, diante dos custos que existem em lidar com o conflito, surgem três possibilidades imediatas de ação, a saber: nada fazer e relegar-se ao papel de “vítima”, procurar as instituições estatais e arcar com o custo e as consequências deste ato, ou então resolver o problema por si mesmo, o que segundo Santos representa a própria definição do estado de natureza hobbesiano.

Com efeito, a administração dos conflitos no Brasil mostra-se complexa e não condizente com qualquer espírito igualitário. Embora o nosso sistema judicial formalmente seja igualitário, encontram-se nele vários resquícios hierárquicos, tornando seu acesso particularizado e privilegiado (KANT DE LIMA, 2000). Uma consequência desta configuração do nosso sistema judicial é sua eficácia diferenciada para com os distintos segmentos sociais, privilegiando geralmente elementos oriundos de estratos sociais mais altos. É nesta situação que em muitos casos se cria o incentivo de “resolver” os conflitos pelas próprias mãos, desprezando-se os canais institucionais adequados, o que em uma instância radicalizada remete ao estado de natureza pensado por Hobbes, que definimos para o uso neste trabalho como “mundo hobbesiano”.

Em um primeiro momento, visto as condições de Nosso Conjunto e de outras localidades em que as instituições responsáveis pela administração dos conflitos são demasiadamente ineficientes, pode-se pensar em um “mundo hobbesiano”, no qual não existe garantia de vida e cada indivíduo é, no limite, responsável por sua sobrevivência. O “mundo hobbesiano” que nos referimos é o “estado de natureza”, que no raciocínio de Hobbes precede a sociedade civil. Neste contexto imaginário, o homem é um ser racional e igual perante aos demais. Desta igualdade, todos se vêem na condição de ameaçar seus pares. Ocorre que o homem, apesar de ser racional, está sujeito às leis de movimento dos corpos. Em Hobbes as ações voluntárias do homem são determinadas pelo desejo de satisfazer seus apetites e ao mesmo tempo, evitar aversões, no qual a morte se configura como a mais importante (CARNOY, 1990). Ou seja, a natureza do homem é maximizar apetites e minimizar aversões. Como os homens originalmente são livres e iguais, nada os impede de atacar a outros, principalmente se existir alguma vantagem nisso. Assim sendo, um sentimento muito importante será o principal responsável tanto no entendimento da ação humana quanto no seu controle: o medo.

A obra de Hobbes aponta para a Filosofia Política e não se pode simplesmente “transportar” a concepção de homem hobbesiana para a realidade concreta estudada neste

trabalho. O que nos importa aqui é a representação social de um mundo caótico que passa a ser ordenado pela força.

Muitas das representações sociais negativas que se tem das comunidades periféricas são compartilhadas pelos policiais. Em uma operação numa favela, a polícia encara o local como um território inimigo, onde há um objetivo específico a ser cumprido. Após o cumprimento da tarefa, a polícia se evade do local o mais rápido possível (DOWDNEY, 2003:84). No imaginário policial, os moradores são vistos prioritariamente como suspeitos e possíveis colaboradores do tráfico de drogas. Neste ambiente conflituoso e supostamente hostil ao policial, o único modo de agir seria à “moda hobbesiana”, ou seja, pela força e pelo medo. Ainda segundo Dowdney:

Além dessa visão negativa sobre os moradores da favela, os policiais têm maior sensação de insegurança ao invadirem ou ocuparem favelas. Isso se deve, em parte, à falta de urbanização e de organização social no interior da favela, em comparação com outras áreas da cidade e ao fato de existirem na maioria das favelas, facções fortemente armadas que podem trocar tiros com a polícia (Idem: 84-85).

Este tipo de comportamento por parte da polícia entra em choque com suas atribuições legais e com seu lema de “servir e proteger a população”. No *website* da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro²⁰, consta como sua missão: “Atender, de forma eficaz e definitiva, às demandas relativas à preservação da Ordem Pública, aumentando a sensação de segurança da população, satisfazendo as expectativas e necessidades da comunidade e criando com os cidadãos uma relação de confiança e respeito mútuo, em conformidade com os princípios éticos e legais”. Ou seja, são valores que estão de acordo com o papel constitucional da Polícia Militar, que é o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (BRASIL, 2006).

Mas como muito bem salienta Kant de Lima:

A polícia é a responsável final pela aplicação desigual da lei. O sistema legal permanece no controle último do poder de polícia, livre para caracterizar a ação policial como legal ou como ‘corrupção’ da aplicação democrática e liberal da lei. Consequentemente, a polícia é o bode expiatório da ideologia jurídica elitista na ordem política teoricamente igualitária. (KANT DE LIMA, 1995:8).

²⁰ <http://www.policiamilitar.rj.gov.br>

A polícia não escapa dos estereótipos vigentes na sociedade. Mas de todo o sistema legal, é ela a única que entra em contato cotidianamente com os moradores das comunidades, e é através dela, principalmente, que o Estado se faz presente ali.

O *Ethos* policial

Alguns estudos apontam a existência de uma ética policial própria, responsável pelo modo como uma série de condutas que a polícia tem no seu cotidiano, em que o respeito à lei nem sempre é a regra.

O *ethos* é definido principalmente pelo comportamento de determinados grupos, por atitudes reconhecidas como intrínsecas a determinado grupo e outras que lhe são estranhas. Assim, o modo de se vestir, falar ou se portar tem relação direta com o *ethos* próprio do grupo em questão. Gregory Bateson define *ethos* como sendo um sistema de atitudes emocionais que comanda o valor conferido pela comunidade a uma variedade de satisfações ou insatisfações que os contextos da vida podem oferecer. Refere-se ainda a *ethos* como "o tom do comportamento adequado" e como "um conjunto definido de sentimentos em relação à realidade" (BATESON, 1958).

Os membros da polícia têm claramente uma visão de mundo própria e compartilhada pela maioria do efetivo da instituição, que podemos associar a um *ethos* policial ressaltando-se exceções individuais. Todavia, este *ethos* é parte integrante da prática cotidiana do policial, sendo constituído mediante valores éticos próprios vigentes no interior da polícia, mas que como *ethos* perpassa a atividade estritamente profissional, atingindo em grande medida, todas as esferas de relacionamento social na qual o policial está inserido. Para muitos policiais, o *ser* policial é algo mais do que uma simples profissão, mas uma identidade social, que tem entre suas particularidades o enfrentamento (com os bandidos) e a constante tensão própria da atividade.

Um dos principais componentes deste *ethos* é a representação de um passado no qual a população respeitava e temia o policial, em contraposição ao presente em que a polícia não é bem vista pela população (BRETAS E PONCIONI, 1999). Esta representação do que *foi* e do que *é* ser policial é de suma importância para se compreender como a tentativa de reconstrução da idéia de que o policial é respeitado quando é temido está associada como uma visão particular de mundo dos policiais, que acaba por se refletir na prática policial, mesmo

quando esta prática se dá fora da atividade policial no âmbito legal, até porque, neste caso, não se pode dividir a prática rotineira da feita “por fora”, já que nas duas o *ethos* se faz presente.

Outra particularidade deste *ethos* é a intolerância que os membros da polícia têm com certos crimes, enquanto outras modalidades são mais “toleradas”. Um policial nos exemplifica assim esta situação: “Bem, em geral a repressão a trabalhadores é mal vista. Os ‘vagabundos’ (bandidos) merecem punição ‘exemplar’. Os policiais em geral não toleram traição entre eles e um bom relacionamento com todos é vital para galgar respeito no meio”.

Nossa hipótese é que a repressão a crimes como, por exemplo, assassinato de policiais, violência sexual e tráfico de drogas são motivados por fatores de ordem moral, intrínseca do *ethos* policial. Apuramos que a repressão do tráfico de drogas em especial pode ser feita de vários modos, mas quase sempre visando dano ao “vagabundo” – forma pela quais os traficantes são referidos. Todavia, a forma de dano pode variar de acordo com o contexto e o policial.

No entanto, o *ethos* policial encontra limites, principalmente nas ocasiões em que a oportunidade de vantagem pecuniária a ser conseguida mediante extorsão ou outra modalidade criminosa mostra-se ser mais importante do que qualquer valor moral. Por exemplo: há casos em que policiais atuam na venda de drogas. Neste caso, o *ethos* policial não se aplica a este policial-traficante. Mas, em geral, é uma atitude moralmente condenada pela maioria dos integrantes da corporação.

A polícia militar do Rio de Janeiro, como instituição militar, é regida por normas de hierarquia e é submetida à Secretaria de Segurança Pública do estado. Contudo, a hierarquia de poder e o comando da polícia, na prática, não se restringem ao sistema de patentes. As relações pessoais de amizade e lealdade, na prática, são determinantes para a distribuição de poder na corporação²¹, pelo menos nos lugares aos quais tivemos informações a respeito. Segundo fontes da polícia, em muitos casos os comandantes de batalhões são nomeados pelo político local ligado ao governo estadual e a partir daí as relações pessoais são determinantes para a ocupação de cargos e de distribuição de “favores”.

²¹ Aliás isso ocorre não só na polícia como em inúmeros círculos sociais brasileiros. Há vários bons exemplos na literatura, entre eles estão DAMATTA (1997) e BEZERRA (1995).

Há um abismo entre o “mundo legal”, representado basicamente pela Constituição e o Código penal e o “mundo real”, representado pelas práticas cotidianas da polícia. Segundo o argumento de Kant de Lima:

Poder-se-ia dizer que a polícia justifica a aplicação de sua ética em substituição à lei quando ela considera que o cumprimento, por si só, não é suficiente para ‘fazer justiça’ a polícia transgride a lei. Tal atitude prende-se obviamente ao papel extra-oficial que a polícia desempenha no sistema judicial. (KANT DE LIMA, op. cit. :140).

Ou seja, a lei muitas vezes é um obstáculo ao cumprimento da “justiça”, sendo esta entendida sob uma ótica singular, que varia de acordo com a concepção que cada um tem de “justiça”. Para um policial, por exemplo, pode haver mais justiça em punir um criminoso com uma surra e um vexame público do que com a prisão.

Segundo apuramos, para se ter boas relações dentro da polícia, a lealdade aos colegas é um fator determinante. Nas palavras de um policial bem visto entre seus pares, com cargo de confiança em seu batalhão:

Os policiais em geral não toleram traição entre eles e um bom relacionamento com todos é vital para galgar respeito no meio, sem o qual não é possível exercer qualquer posição de destaque, mesmo dentro da comunidade, ou ter “negócios” ilícitos, cuja proteção é garantida por propina e respeito ao dono do negócio.

Neste caso, o respeito ao colega é mais importante que o cumprimento da lei. Até porque dentro do *ethos* policial, um dos maiores desvios que se pode cometer é a traição de companheiros de profissão, mesmo que o acobertamento resulte em desvio da conduta legal.

Polícia mineira e milícias

O termo “polícia mineira” é conhecido há anos no Rio de Janeiro. Segundo Kant de Lima:

Muito comum também nesse estado [RJ] é a contratação de policiais ou ex-policiais para fornecer proteção a comerciantes contra assaltantes na Baixada Fluminense, uma região do Grande Rio. Esses grupos parapoliciais são chamados de ‘polícia mineira’ (Op.cit: 118).

Todavia, a palavra “mineira” também é uma gíria para designar a extorsão que policias praticam com traficantes de drogas (BARBOSA, 1998:116). Esse tipo de extorsão geralmente ocorre quando policiais prendem traficantes e negociam sua liberdade em troca de dinheiro ou algum objeto de valor (armas, por exemplo). Atualmente, o termo “polícia mineira” também é utilizado para designar grupos armados que combatem o tráfico de drogas e instalam em seu lugar um tipo de segurança para-estatal, impedindo a venda de drogas. Esse fenômeno provavelmente se deu inicialmente na região de Jacarepaguá, e se espalhou para outras áreas da cidade, especialmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O termo “mineira”, neste contexto, refere-se ao combate por parte destes grupos a criminosos como se fosse um “garimpo”, daí a associação com “mineira”.

Com a crescente organização e crescimento destes grupos, a polícia mineira também começou a ser chamada de “Milícia”. Todavia, percebe-se algumas diferenças entre estas duas denominações. A “mineira” remonta principalmente aos grupos de extermínio, atuantes no Rio de Janeiro desde a década de 50. Nesta época, atuava o “esquadrão da morte”, que remonta à criação do Serviço de Diligências Especiais (SDE), pelo general Amaury Krueel, quando foi chefe de polícia. Na prática, essa organização policial tinha plenos poderes para agir. Segundo pesquisa do jornalista Zuenir Ventura: “(...) a ordem do general Krueel equivalia a instituir na prática a pena de morte, concedendo a seus subordinados o livre arbítrio de aplicá-la” (VENTURA, op. cit.: 35).

Deste modo, o que se assiste hoje no Rio de Janeiro é uma reorganização de grupos policiais que transitam da antiga “polícia mineira” para a forma de “milícias”. O grande diferencial entre os dois é a visão “empreendedora” do segundo grupo, que visa a lucrar com várias formas de exploração de “serviços”, em geral ilegais. Embora eventualmente as antigas “mineiras” também cobrassem por seus “serviços”, tratava-se de um fenômeno mais localizado e específico de algumas localidades do Rio de Janeiro, em especial comunidades pobres de porte pequeno e médio, cuja principal motivação era, provavelmente, de ordem pessoal – garantia de segurança de seus membros e familiares em geral – e em que a ojeriza pelo tráfico era determinante.

A principal “mercadoria política” das “milícias” é a venda de proteção para moradores e comerciantes contra o tráfico de drogas. Esta rede de produtos ilícitos, garantidos por meio da força ou intermediação econômica ilegal e que acaba por alimentar um mercado paralelo, é caracterizada de forma muito feliz por Michel Misse, que cria o conceito de mercadoria política, assim definido:

Proponho, em resumo, chamar de “mercadorias políticas” toda a mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor de troca político ou econômico. O caráter vazio desta proposição está em aberto (MISSE, 2006: 209).

Ainda segundo Misse, o mercado no qual as “mercadorias políticas” são comercializadas em geral é criminalizado. Conclui-se que este fato acaba por agregar valor à “mercadoria”.

Além da proteção, são vendidos também alguns serviços ilegais como o “gatonet”, que consiste em comercialização de canais oferecidos por TV paga, a preços mais baratos que os serviços de assinatura convencional. São montados centrais de TV clandestinas, de onde o sinal é redistribuído para seus clientes. Outro ramo de atuação destes grupos é o transporte alternativo. Adiante entraremos em detalhes deste “negócio” específico.

Não é possível afirmar que exista um comportamento padronizado das “milícias”, que pode variar de acordo com a comunidade e o policial líder, responsável pelo grupo paraestatal. O grau de poder destas milícias, segundo apuramos, é relacionado com o grau de vulnerabilidade da comunidade onde ela atua²². Por exemplo: se a comunidade já teve no passado um ponto de venda de drogas, a milícia ganha mais força e apoio já que há ainda na memória coletiva local o temor de uma eventual volta do tráfico. No entanto, a atividade que no início restringia-se basicamente à proteção de estabelecimentos comerciais mediante pagamento contra assaltos, transformou-se em fonte de renda daqueles que fazem vigilância e repressão ao tráfico de drogas, já que a segurança que deveria ser papel do Estado, acaba por se transformar em um negócio privado, impulsionado pelo receio por parte da comunidade de um possível retorno do “movimento”²³. Este é o principal fator da popularidade destes grupos na comunidade. No caso do Nosso Conjunto, se comparado a outras milícias organizadas em atividade na região metropolitana do Rio de Janeiro, o poder local deste grupo é ainda relativamente incipiente, como veremos adiante.

É necessário que se tenha cuidado ao se utilizar o termo “milícia” para qualquer grupo policial organizado fora de sua corporação, dado a dimensão pública que o termo adquiriu. Por exemplo: em algumas comunidades, uma das principais preocupações destes grupos era ter legitimidade na comunidade, geralmente por intermédio da Associação de Moradores

²² Como não medimos a vulnerabilidade, que em si é de difícil mensuração, nos baseamos em impressões colhidas por nós e relatos informais que colhemos de moradores destas comunidades.

²³ “Movimento” é uma das denominações do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

local. Mas isso não se tornou uma regra. De qualquer forma, uma das preocupações dos “milicianos” foi avançar nas relações internas da comunidade, indo além de um simples serviço de segurança privado. Provavelmente, buscando deste modo construir um ambiente mais seguro e propício para seus demais “negócios”.

De acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, somente no ano de 2006 mais de quarenta comunidades foram “tomadas” pelas “milícias” do controle de quadrilhas de traficantes de drogas. Um dos motivos que podem ter auxiliado esse movimento foi a desorganização do tráfico de drogas, decorrente da queda no número de entorpecentes vendidos no varejo no Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO, 2006:22). Todavia, há somente indícios da existência desta correlação, que só pode ser observada com segurança mediante pesquisa científica.

Arbítrio e poder dos policiais na localidade

Os policiais que moram em Nosso Conjunto alegam que sua principal preocupação para com a comunidade é a coibição do tráfico de drogas no local. Isto porque uma vez instalada uma “boca de fumo” a “tranquilidade” não existiria mais. A esposa de um policial morador de Nosso Conjunto assim resume a situação:

Aqui os policiais podem morar sossegados porque não há tráfico de drogas. Eu posso lavar a farda do meu marido e estender no varal sem medo. Se nós morássemos em outro lugar, eu teria que secar a farda atrás da geladeira, porque ninguém podia ficar sabendo que meu marido é policial. Das duas uma: ou o matariam ou nos expulsariam.

A justificativa então é o temor que um ponto de venda de drogas que eventualmente ali se estabelecesse pudesse perturbar a vida dos moradores, especialmente a dos policiais. Não podemos dizer propriamente que a comunidade é refém dos policiais, já que aparentemente a maioria dos habitantes concorda com o modo como o tráfico e outros crimes que perturbem a normalidade da vida da comunidade são punidos. Fica claro que não são todos os crimes que são coibidos pelos policiais, mas aqueles que eles considerem “moralmente” condenáveis, como o próprio tráfico de drogas, roubos, abusos sexuais e outros que a “ética policial” local condena e exige apuração e punição imediata, sendo esta punição feita de modo particular, sem o envolvimento da Justiça. E este tipo de seleção de que crimes

devem ser combatidos e que tipo de punição o suposto criminoso sofrerá é que entendemos como sendo o papel arbitrário dos policiais. Neste caso, um dos principais aspectos a ser destacado é a punição. Se um morador, por exemplo, rouba um pertence de outro morador e é feita uma “queixa” a um policial que more no local, a punição mais comum, segundo relatos de moradores, é a expulsão desse morador do conjunto, sob a ameaça de que caso ele volte ali poderá ser morto. Um outro caso: certa vez um bando tentou montar uma “boca” na comunidade, em um determinado local afastado, mas dentro dos limites do Nosso Conjunto. Esse bando tentou negociar com os policiais dali um tipo de acordo, no qual fosse consentida a instalação da boca, sem que ela causasse problemas para os próprios policiais. Segundo alguns relatos, em um primeiro momento a boca foi “consentida” pelos policiais. Mas na verdade essa “permissão” foi apenas um subterfúgio para que se pudesse punir os traficantes. Vários policiais pertencentes à rede de amizades do policial que comandou a “operação” auxiliaram na invasão da boca, e os traficantes que ali estavam foram assassinados. Segundo apuramos, não houve nenhum registro oficial de ocorrência da operação.

Um dos policiais de maior destaque em Nosso Conjunto nos relatou como conseguiu o respeito de seus pares e dos moradores:

Eu me mudei para cá por causa da minha esposa, que é criada aqui, e porque era um local tranqüilo. Aqui sempre moraram muitos policiais. E sempre houve um tipo de “autoridade policial” na comunidade. Esta autoridade era exercida de acordo com a personalidade de cada PM que ‘estava de frente’. Alguns chegavam a se intrometer em brigas familiares. Acho que sou temido porque matei dois moleques na praça. Eles estavam metidos em paradas erradas, eu avisei para eles sumirem, como não sumiram eu matei. Também tenho uma posição de destaque no meu batalhão. A maioria do pessoal aqui me apóia, um ou outro não gosta. Fazer o que?

Nesse caso fica nítido que só é possível conquistar espaço e autoridade mediante demonstração de força e poder. São estas intervenções que classificamos como arbítrio na medida em que estes policiais se tornam os “legisladores” e “juízes”, aplicando, julgando e criando a “lei” local, classificando conforme sua vontade que infração deve ser resolvida pelos órgãos competentes, ou ao contrário, resolvida entre os próprios policiais da localidade que integram o grupo local.

Segundo um líder comunitário local, que não é simpático à ação dos policiais no conjunto habitacional, está sendo iniciado um processo de “recrutamento” de jovens na comunidade, por parte dos policiais, para trabalhar no “ramo” da segurança privada. A

preferência se dá por ex-reservistas. Todavia, se compararmos o poder de persuasão e a capacidade de impor vontades à comunidade, o grupo de policiais do Nosso Conjunto ainda está em um “estágio” preliminar em relação às milícias existentes em outras comunidades. Talvez um dos fatores que contribuem para este “estágio” é o fato de nunca ter havido tráfico de drogas na comunidade, o que diminui sensivelmente o fator medo, muito valioso para quem explora segurança privada nestes termos.

Identificamos conexões destes policiais com políticos locais (vereadores e deputados estaduais). Alguns moradores locais chegam a identificar os policiais que atuam nesses grupos paraestatais como “o pessoal do fulano”, sendo o fulano é um político local e que a maioria destes policiais foi “cabo eleitoral” deste político. Tivemos informações de que se tentou proibir os moradores de comunidades onde há “domínio” dos policiais de pendurar propaganda de candidatos que não fossem os favoritos dos policiais. Em alguns locais, isso ocorreu, mas em Nosso Conjunto essa tentativa foi frustrada. Vários candidatos, dos mais diferentes partidos e grupos políticos, distribuíram material de campanha na localidade. A própria Associação de Moradores local promoveu um debate com candidatos ao Legislativo, fato que se repetira em eleições anteriores. A Associação convidou todos os candidatos a deputado estadual que tinham algum tipo de propaganda eleitoral na localidade, totalizando mais de quarenta convites. No dia do debate, seis candidatos compareceram e o público presente foi de cerca de cinquenta pessoas.

Deste modo, observa-se que a fronteira entre “polícia mineira” e “milícia” está muito próxima de ser ultrapassada pelo grupo de policiais atuantes em Nosso Conjunto. Em nosso entendimento um ponto ainda não foi atingido para que se possa verificar esta mudança de “estágio”: a institucionalização de cobrança de taxas por proteção, que não é feita no momento e não foi cogitada por nenhuma de nossas fontes locais integrantes do grupo de policiais.

O *status* e a formação da elite local

Há vários indícios de que em Nosso Conjunto e em toda região ao seu entorno, ser parte da polícia é sinônimo de *status*. Os policiais e as demais pessoas que “gravitam” na área de segurança informal têm símbolos que os faz serem reconhecidos na comunidade e alguns hábitos de consumo particular (o gosto por jóias chamativas e determinados modelos de carro

estão entre eles). Mas isso não quer dizer apenas que estas pessoas gostem de ostentar sua condição econômica na localidade. O pertencimento ao grupo trás às pessoas vantagens de várias ordens, como por exemplo, imunidade em *blitz* na rua, alegando ser “amigo” de fulano. Ou ainda favorecimento em caso de conflito que esteja sendo apurado pela Polícia Militar ou Civil, o que é comum ali.

Esta situação de favorecimento pessoal já foi muito discutida pelas Ciências Sociais brasileiras. Roberto DaMatta analisa a distinção de indivíduo e pessoa na sociedade brasileira (DAMATTA, 1997), frisando a questão do caráter hierárquico presente em distintos extratos sociais, ilustrado na frase “Você sabe com quem está falando?”. Esta manifestação externaria como a diferenciação se dá entre pessoas e não entre indivíduos, externalizando uma diferenciação *a priori*. Ser ligado ao coronel beltrano ou deputado cicrano é símbolo de *status* perante “os outros”. No caso de nossa pesquisa, pode-se perceber que em Nosso Conjunto e em comunidades próximas que se assemelham a esta, os policiais e as pessoas que gravitam ao seu entorno formam uma espécie de elite local, cujo destaque vai além da maior riqueza que os demais habitantes e sim pela “autoridade” que a condição de policial lhe confere. Ser amigo do policial, que representa naquele universo além da autoridade conferida pela sua farda e sua arma, é símbolo de prestígio. Como nos disse uma moradora:

As melhores festas do conjunto, os melhores churrascos são na casa dos PM's. A bebida é da melhor qualidade, só vão as meninas mais bonitas (...). É “onda” ir às festas deles.

As vantagens pecuniárias que existem são fruto desta autoridade e deste poder. Todavia, este poder é muito localizado e restrito à comunidade e às *malhas* internas da polícia, que eventualmente pode garantir-lhes alguns privilégios em outras esferas. É evidente que o fato de ser policial representa no sistema hierarquizado brasileiro, como nos mostra DaMatta, um “degrau” acima dos demais indivíduos. Mas no caso específico da comunidade estudada, este “degrau” é nitidamente mais “alto”, já que não existe nenhum tipo de poder local capaz de se contrapor ao dos policiais. O nível de *status* varia de acordo com diferentes condicionantes, tais como: tempo que habita a comunidade, capacidade de “impor respeito”, carisma pessoal, relação com outros policiais, sendo que esta condicionante se relaciona com o grau de prestígio que o policial ocupa dentro da instituição – que conforme já mostramos, não é limitado pela hierarquia interna da PM.

Um dos principais aspectos que a nosso ver reforçam a idéia de que está sendo formada uma “elite” local é a exploração de negócios ilícitos por parte de policiais. É importante salientar que só é possível para um policial participar de negócios ilícitos se ele for “considerado” no meio, ou seja, tiver boas relações com outros policiais que lhe possam garantir proteção e impunidade. Mas isso não garante que não existam disputas por estes negócios, inclusive envolvendo policiais. Dentre estas atividades, uma das mais importantes é a exploração do chamado “transporte alternativo”. Na região, devido principalmente à má qualidade do transporte convencional, existem muitos serviços deste tipo responsáveis pelo transporte dos moradores. Como o transporte alternativo no Rio de Janeiro não foi legalizado por completo, há um mercado paralelo de propinas e proteção envolvendo esta atividade.

No caso do Nosso Conjunto, como já foi dito, o principal meio de transporte é a linha de Kombi, que tem entre seus sócios-proprietários um policial militar. Na região ocasionalmente ocorrem disputas por linhas²⁴, não raro disputas entre policiais. Segundo nos relatou um informante, as disputas neste caso ocorrem geralmente por mudanças no mecanismo de propina ou nos órgãos responsáveis pela fiscalização do transporte na região.

Outro ramo de negócio ilegal não tão importante, mas que cresce cada vez mais na região é o de TV por assinatura clandestina, conhecida por “gatonet”, que é explorado principalmente por policiais. O “serviço” é oferecido de porta em porta. O “assinante” paga a quantia de R\$ 25,00 por mês e assiste a canais que são exclusivos de grandes operadoras de TV por assinatura. Um policial que oferece o “serviço” nos afirmou que este negócio é “tranquilo”, já que tem a proteção de toda uma rede local de serviços ilícitos, que envolve diversas autoridades.

²⁴ Algumas destas disputas foram noticiadas pela imprensa do Rio de Janeiro, que lançou a alcunha de “máfia das vans” para designar o transporte alternativo.

Capítulo 3

Diferentes leituras das “milícias”

As “milícias”, formadas principalmente por policiais da ativa ou aposentados, foram um dos principais temas do noticiário da grande imprensa fluminense no fim do ano de 2006 e início de 2007. O assunto mobilizou parte da sociedade civil, representantes da cúpula de segurança pública, intelectuais e representantes do poder público. O motivo para a emergência do tema na mídia foi a rápida expansão destes grupos, principalmente a partir de 2005, por várias comunidades pobres do Rio de Janeiro, especialmente na zona oeste da cidade. Eles expulsam os bandos de traficantes de drogas das comunidades, gerando tranquilidade momentânea no local, e como consequência, promovendo acalorada discussão sobre seus métodos e resultados. Se em um primeiro momento, a maioria das opiniões aponta para a crítica e a condenação da forma de atuação destes grupos, um exame mais apurado revela que as leituras sobre o tema são variadas.

Uma moradora de uma comunidade da zona oeste do Rio de Janeiro, recentemente invadida por uma “milícia” nos relatou como seu deu esta “invasão”:

Eles [os milicianos] entraram na comunidade à noite, por volta das 20 horas, em cerca de 20 *Blazers* com alto-falantes anunciando: “A milícia está chegando, todas as pessoas de bem saíam das ruas”. Dirigiram-se então para um determinado ponto do local, que era identificado como a “boca-de-fumo”. Depois de muitos confrontos e intenso tiroteio durante aquela noite, alguns traficantes foram assassinados e outros fugiram para favelas próximas. Em poucos dias, foi instituída pela milícia uma cobrança de taxa de segurança no valor de R\$10,00 por mês para cada casa da comunidade, sendo que alguns comerciantes têm que pagar “taxas” bem mais altas. Eu acho caro, mais trabalho para pagar e pago com prazer, já que agora meu filho pode andar com seu *skate* pela rua, o que antes era impossível por causa do tráfico. O comércio local agora funciona melhor, principalmente à noite, quando os moradores sentem-se mais seguros para ficar na rua.

Este relato resume sucintamente a situação que muitos moradores de comunidades pobres do Rio de Janeiro que sofrem intervenções destas “milícias” vivem. Se antes havia estes moradores tinham pouca ou nenhuma liberdade no seu direito de ir e vir, hoje muitos se vêem na obrigação de pagar para poder exercê-lo. A discussão sobre qual seria o “mal

menor”, o tráfico de drogas ou as “milícias”, tem sido feita no Rio de Janeiro, inclusive por muitos moradores de comunidades pobres.

Nesta seção analisaremos os principais argumentos e teses defendidas na imprensa sobre o tema das milícias. Embora esta dissertação trate especificamente da comunidade de Nosso Conjunto, este exercício faz-se proveitoso, pois uma vez que a discussão sobre o tema seja melhor contextualizada, o entendimento das características particulares da forma de atuação dos policiais no conjunto habitacional estudado torna-se mais profícua. Restringir-nos-emos aqui ao debate feito na imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo²⁵, já que ainda não há por parte da literatura das Ciências Sociais nenhum estudo específico sobre o tema. O debate público suscitado pelo noticiário deu oportunidade a que vários cientistas sociais se pronunciassem o que nos permite ter uma rápida radiografia da posição da academia sobre o tema.

As “milícias” segundo o poder público

O discurso do governo estadual, empossado em janeiro de 2007, é o de combate às “milícias”, uma vez que se configuram como uma ilegalidade. O novo comandante da polícia militar, coronel Ubiratan Ângelo, afirmou que não vai admitir qualquer tipo de relação entre sua corporação e os grupos para-militares (*Tribuna da imprensa*, 9 de janeiro de 2007). O governador Sérgio Cabral tem feito declarações na imprensa no mesmo sentido. Pode-se dizer que a opinião “oficial” do governo do estado do Rio de Janeiro é de condenação à formação destes grupos e de repressão às suas atividades.

Todavia, há fortes indícios que alguns agentes de destaque do estado toleram a atividade das “milícias”, principalmente no interior da corporação policial. Segundo a edição do jornal *O Globo* de 10 de dezembro de 2006, o comandante do BOPE²⁶, coronel Mário Sérgio Duarte, afirmou que a expansão dessas “milícias” conta com a participação informal de policiais das regiões onde ocorrem os confrontos. O oficial, que estuda a questão há cerca de três anos, afirma também que sem o apoio de parte da comunidade onde acontece a intervenção, seria impossível a ação dos paramilitares. Esta “colaboração” basicamente se dá de duas formas: ou a polícia intervém nas localidades almeçadas pelas “milícias” e após o

²⁵ Como o tema foi muito comentado na imprensa, tivemos que ser seletivos na escolha das matérias jornalísticas. Buscamos selecionar aquelas que fossem mais representativas.

²⁶ Batalhão de Operações Policiais Especiais.

enfraquecimento do tráfico de drogas no local os paramilitares agem, ou em casos extremos, a “invasão” da comunidade é feita em parceria entre a polícia e a “milícia”, até que uma vez concluída a “operação”, este segundo grupo passe a controlar a localidade.

O comandante do 18º batalhão da PM, situado no bairro de Jacarepaguá, região da cidade do Rio de Janeiro onde as “milícias” possuem grande força, afirmou em dezembro de 2006 que não acha errado policiais que morem em favela expulsarem traficantes em autodefesa (*Folha de São Paulo*, 12 de dezembro de 2006). Esta afirmação pode ser entendida dentro de um contexto mais amplo, no qual policiais que moram nessas comunidades, uma vez descobertos por traficantes que controlam localmente o tráfico de drogas, são comumente assassinados. Possivelmente, foi se referindo a esta situação que o comandante fez a declaração. Todavia, ela também pode ser vista como um sinal de que a polícia como instituição apóie a ação dos grupos paramilitares. Em fevereiro de 2007, a polícia também investigou se houve efetivamente a participação do “Caveirão”, carro blindado da PM, em invasões de comunidades por grupos milicianos, que visavam a expulsar traficantes de drogas que as dominavam. Um policial, ao ser indagado por nós sobre como era a relação entre o Batalhão da PM e os grupos de policiais que atuam em “milícias”, assim sintetiza esta relação:

Oficialmente, o comando local não se intromete em incursões ilegais, mas é regra neste caso que parte dos “lucros” obtidos nas operações [incursões em favelas e conjuntos habitacionais] sejam repartidos entre os envolvidos, nos mais diversos escalões da corporação. Em alguns casos, o batalhão local prefere que situações que caberiam a ele próprio sejam resolvidas por estes policiais “milicianos”. Em outros casos, dependendo dos interesses envolvidos na situação, o problema é resolvido dentro dos trâmites legais.

A administração da governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (2003-2006), de um modo geral, não teve entre suas prioridades na área da segurança pública o combate às “milícias”. Limitou-se a investigar casos isolados de policiais envolvidos nesta atividade, embora a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança tenha mapeado, em dezembro de 2006, a presença dos paramilitares em 92 comunidades na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, há indícios de que não houve aproveitamento destas informações pela cúpula de segurança do governo de Rosinha.

Embora a segurança pública não seja tema de sua alçada, a atual administração de César Maia na prefeitura do Rio de Janeiro parece observar atentamente a situação. O

gabinete militar da prefeitura realizou mapeamento que detalha a forma de atuação das “milícias”. O prefeito, embora formalmente não as apóie, declara que as “milícias” são um mal menor que o tráfico de drogas e que podem, em curto prazo, ser úteis para garantir segurança na área dos jogos Pan-americanos, já que a região da cidade onde se concentrarão a maioria das atividades relacionadas ao evento é justamente aquela em que os paramilitares têm maior influência. Maia também declara que o modo com que estes grupos agem comprova que o combate a traficantes de drogas não é tão complexo como se supunha, bastando contar com uma força policial motivada (*O Globo*, 10 de dezembro de 2006). Todavia, esta tese do prefeito deve ser compreendida dentro de um contexto da disputa política fluminense, no qual o tema da segurança pública tem grande destaque, especialmente entre os eleitores de Maia.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, existem nas esferas estadual e municipal parlamentares que se relacionam de várias formas com as “milícias”. Alguns têm alianças políticas estratégicas e outros são do próprio grupo paramilitar. Há ainda alguns que têm a função de “padrinho”, protegendo e defendendo seus interesses. Na Zona Oeste, por exemplo, identificamos várias candidaturas ao cargo de deputado estadual que tinham apoio destes grupos. A maioria dos candidatos não logrou êxito, mas houve exceções.

No quadro 1 a seguir²⁷ temos uma relação de alguns dos principais candidatos identificados como sendo ligados às “milícias” e que obtiveram significativa votação na Zona Oeste quando das eleições legislativas de 2006, para a Assembléia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 1

Bairro	Comunidade	Zona Eleitoral	Candidatos

²⁷ Levantamento feito pelo autor, com base em informações colhidas na região e em matéria de *O GLOBO*, 11/02/2007. A edição do jornal cita como fonte programa desenvolvido pelo programador Joel Costa com base no banco de dados do TRE-RJ e mapeamento de milícias da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Seguimos aqui como critério de “identificação” dos candidatos com as “milícias” o adotado pelo jornal.

Santa Cruz	Conjunto João XXIII	125 ^a	Marcelo Itagiba ²⁸ (PMDB) Jorge Babú (PT) Coronel Jairo (PSC) Natalino (PFL)
	Conjunto Miécimo da Silva	125 ^a	Marcelo Itagiba (PMDB) Jorge Babú (PT) Natalino (PFL)
	Conjunto Alvorada	125 ^a	Marcelo Itagiba (PMDB) Jorge Babú (PT) Natalino (PFL)
	Conjunto São Fernando	125 ^a	Marcelo Itagiba (PMDB) Jorge Babú (PT) Natalino (PFL)
	Conjunto Chatuba	125 ^a	Jorge Babú (PT)
	Gouveia	241 ^a	Jorge Babú (PT)
Campo Grande	Rio da Prata	120 ^a	Natalino (PFL), Coronel Pimenta Bombeiro (PSB)
	Carobinha	122 ^a	Natalino (PFL)
	Vilar Carioca	242 ^a	Natalino (PFL)
Pedra de Guaratiba	Favela Rio Piraquê	243 ^a	Natalino (PFL) Jorge Babú (PT)
Padre Miguel	Morro de São Bento	231 ^a	Coronel Jairo (PSC)
	Conjunto Dom Jaime Câmara	231 ^a	Coronel Jairo (PSC)

²⁸ Candidato a deputado federal.

Sepetiba	Conjunto Nova Sepetiba	25 ^a	Jorge Babú (PT) Coronel Jairo (PSC)
----------	------------------------	-----------------	--

Podemos fazer duas observações relevantes de posse dos dados acima. A primeira é a de que não há aparente distinção ideológica entre os candidatos, uma vez que existem representantes de partidos de esquerda (PT e PSB), centro (PSC e PMDB) e direita (PFL). A segunda é que há uma aparente divisão entre estes candidatos entre os bairros da zona oeste, no qual cada candidato tem seu reduto eleitoral, embora em algumas comunidades haja a ocorrência de mais de um candidato tendo votação representativa. Todavia, não registramos qualquer conflito significativo na campanha eleitoral entre estes candidatos.

Na Câmara Municipal também existem vereadores ligados às “milícias”. Em geral, estes políticos procuram se aliar ao Poder Executivo votando com o governo em suas respectivas casas, visando à liberação de emendas para intervenções em suas bases políticas. Em alguns casos, apóiam também os candidatos “oficiais” nas eleições majoritárias e para deputado federal. Deste modo, utilizando-se da “bandeira” da segurança pública - vários destes candidatos investiram no discurso de “comunidade sem tráfico” – e investindo no clientelismo, os “representantes” das “milícias” tendem a cada vez mais ter êxito na política eleitoral. E com este êxito, estes políticos acabam por ser cada vez mais úteis para os interesses daqueles que controlam o Poder Executivo.

Visões correntes sobre as “milícias”

Existem diversas opiniões e teses sobre o tema. Para facilitar este estudo, dividiremos didaticamente estas diversas opiniões em quatro argumentos principais, utilizando como critério principal os diferentes modos pelos quais as “milícias” são reproduzidas na imprensa e na sociedade fluminense:

1. As “milícias” constituem um grupo de autodefesa comunitário²⁹ contra o tráfico de drogas;
2. Assim como os condomínios das classes médias e altas contam com segurança privada, as “milícias” representam o formato encontrado pelas comunidades pobres de terem segurança privada;
3. As “milícias” são uma nova forma que a polícia encontrou para reprimir o tráfico de drogas. Mesmo sendo feita de modo ilegal, são um mal necessário e uma solução no curto prazo;
4. As “milícias” são grupos criminosos que disputam o controle do espaço das comunidades com o tráfico de drogas para a exploração de atividades criminosas nestes locais.

Uma vez que não representam a realidade concreta (que obviamente seria impossível de ser reproduzida), estas “teses” serão tratadas aqui como tipos-ideais, tal como na sociologia compreensiva de Max Weber (2000: 12-13). Com efeito, o tipo ideal é um recurso metodológico utilizado para reunir características pertinentes do objeto de estudo, “exagerando” seus aspectos fundamentais, tendo como função tornar inteligível o conceito estudado. Aplicando este método aqui, obtêm-se a vantagem de uma melhor compreensão do fenômeno como um todo, conferindo mais riqueza à análise, e ao mesmo tempo, evita-se o risco de erros decorrentes de interpretações parciais acerca destas “teses”.

Na primeira leitura, as “milícias” são vistas como um grupo organizado no interior das comunidades como de autodefesa contra a ameaça do tráfico de drogas. Neste caso, seria um grupo organizado dentro da própria comunidade por pessoas, inclusive policiais, que moram no local. A atuação destes policiais se daria, neste caso, por questões de ordem pessoal e moral. O motivo pessoal é mesmo alegado pelos policiais que agem em Nosso Conjunto: proteger suas famílias e entes próximos da ameaça representada pelo tráfico de drogas. Já a ordem moral se relaciona com a “intolerância” que os policiais têm com certas modalidades de crimes. Conforme vimos acima, esta tese é amparada inclusive por importantes lideranças políticas cariocas, como o prefeito César Maia.

²⁹ Foi criada até uma sigla - ADCs – para denominar estes grupos. Embora a sigla tenha sido veiculada na mídia, principalmente pelo prefeito Cesar Maia, não se sabe quem foi o seu criador.

Já na segunda leitura das “milícias”, esta seria apenas uma forma mais “popular” de segurança privada. Como a maioria das empresas de segurança privada também possui muitos policiais e ex-policiais, a única diferença seria a informalidade da “milícia”, uma vez que ambas cobram e andam armadas. A maior diferença estaria na área geográfica de atuação: enquanto a “milícia” age em favelas e conjuntos habitacionais populares, as empresas de segurança atuam em condomínios de classe média e alta. Alguns defensores dessa hipótese alegam que existe uma grande hipocrisia em diferenciar os dois tipos de serviços. Esta idéia é defendida por alguns integrantes destes grupos paramilitares, segundo apuramos, além de contar com o respaldo de intelectuais como a antropóloga Alba Zaluar, para quem não há diferença além dos títulos que recebem uma vez que ambas cobram para atuar e andam armadas. Ainda segundo Zaluar: "Também são policiais e ex-policiais que ganham dinheiro com a segurança privada." ³⁰.

Na terceira leitura, as milícias seriam um mal necessário, já que a polícia “oficial” não consegue reprimir adequadamente o tráfico de drogas. Embora se reconheça que no futuro estes grupos possam ser nocivos para estas comunidades, na atualidade sua ação é de grande utilidade para que as comunidades pobres se vejam livres do terror imposto pelo tráfico. Esta opinião tem muito eco entre os leitores de jornais que escrevem e comentários sobre as notícias do dia-a-dia. Embora obviamente não se possam tomar estas opiniões de leitores como sendo expressão da opinião popular, verifica-se que a percepção das “milícias” como um mal menor que o tráfico de drogas é cada vez mais freqüente. Muitos policiais que integram estes grupos também compartilham desta visão, inclusive alguns que foram ouvidos por nós durante a pesquisa deste trabalho. Assim nos relatou uma fonte, integrante da PM, mas que não atua nas “milícias”: “Essas milícias são um mal necessário contra o tráfico, já que é unicamente deste jeito que se consegue vencê-lo”.

Na quarta leitura, as “milícias” são vistos como grupos criminosos que em um primeiro momento oferecem segurança à comunidade onde atuam, para depois lucrar com a exploração de serviços ilegais, tais como o “gatonet”, venda de botijão de gás de cozinha com ágio, exploração do transporte alternativo, taxa de “agenciamento” na venda e aluguel de imóveis das localidades, e principalmente, cobrança por segurança. Esta visão é compartilhada pela maioria dos estudiosos e da grande imprensa. Neste caso, o perigo representado seria ainda maior do que o do tráfico de drogas, visto que as “milícias” teriam, uma vez que são formadas principalmente por policiais, melhor capacidade de organização,

³⁰ Ver matéria de *O Estado de São Paulo*, 9 de Janeiro de 2007.

articulação e proteção a eventuais repressões legais. Deste modo, guardariam, inclusive, semelhanças no modo de operar com a máfia³¹, até porque uma das principais fontes de renda de ambos é a venda de proteção.

Em alguns locais, já há referência à “milícia” como o “Comando azul”, remontando aos “comandos” – facções criminosas do Rio de Janeiro – e à cor azul da farda da PM. Embora não estejam confirmados, também há rumores de que em determinadas comunidades, estes grupos paramilitares já estejam vendendo entorpecentes, fato que descaracterizaria totalmente o seu alegado propósito inicial, e reforçaria a associação que lhes é feita por alguns com o tráfico de drogas. Também há notícias de que assim como traficantes de drogas, as “milícias”, em alguns locais, expulsaram moradores de suas casas. Um morador declarou ao jornal *O Globo*: “aceitamos a segurança dos policiais por causa do risco de os bandidos voltarem, mas não imaginei que eles fossem pegar minha casa. Hoje moro de aluguel”.³²

Contudo, há também alguns cidadãos que exaltam as supostas qualidades dos milicianos e sua capacidade de fazer “justiça”, à moda salomônica, como atestam cartas de leitores em grandes jornais do Rio de Janeiro e comentários de notícias em *websites*. Abaixo duas cartas de leitores do jornal *O Globo*, que representam esses argumentos:

“Milícias de policiais, além de expulsarem o tráfico do morro ocupado, também proibem que jovens da comunidade se utilizem de tóxico no local, punindo com expulsão em caso de reincidência. O que me causa espanto é o violento ataque a este tipo de segurança por parte de antropólogos, sociólogos e defensores de direitos humanos”.

“Eles podem até abusar do poder, mas hoje posso ficar mais tranquilo em praças e parques. E não tem mais aqueles imbecis fumando e cheirando em qualquer lugar que estejam. Muitos são contra porque gostam da bagunça. Esses milicianos têm que acabar com a bagunça no território brasileiro. Quem é contra os milicianos vá morar numa favela. Se os vagabundos (traficantes) respeitam você e seus parentes, pergunte a um morador de comunidade carente”³³.

Estas diferentes leituras sobre o fenômeno das “milícias”, na verdade são reflexos das várias conseqüências que a ação destes grupos produz na cidade, de um modo geral. Observando-se a questão de um ponto de vista racional e afastado das muitas vezes acaloradas discussões sobre o tema, percebe-se que o grande crescimento das “milícias” pode vir a

³¹ A proximidade no modo de atuação das “milícias” com a máfia é colocada, entre outros, por Michel Misse. Ver matéria de *O Estado de São Paulo*, 9 de Janeiro de 2007.

³² Ver matéria de *O Globo*, 21 de Março de 2005.

³³ O GLOBO, 6/ 02/ 2007, Seção “cartas dos leitores”.

representar um novo “estágio” na escalada da violência no Rio de Janeiro. Talvez já saturada por esta discussão, a sociedade fluminense tende a discutir a ação dos paramilitares de forma maniqueísta, fato que dificulta a compreensão do tema. Provavelmente, ainda haverá muita discussão e boas pesquisas científicas serão feitas sobre esta nova temática.

Capítulo 4

Em busca do capital social: vícios e virtudes em Nosso Conjunto

O conceito de capital social

Como salienta D' Araujo (2002), existem vários tipos de capitais. O conceito de capital pode ser brevemente resumido em um bem capaz de gerar outros bens. Neste caso, o capital econômico é um bem que a ser aplicado deve gerar mais bens. Se transpusermos este raciocínio para o capital social, ele seria então um “bem”, mas não no sentido econômico e sim social, capaz de gerar mais bens sociais. Seria uma virtude de um determinado agrupamento social, que uma vez o possuindo, possibilitaria a este grupo o aprimoramento de suas virtudes associativas. É necessário lembrar que o capital social só é “produzido” em grupo, mediante um conjunto de modos de associações de pessoas.

O conceito de capital social tem tido muita repercussão na ciência política a partir da década de 1990. Robert Putnam provavelmente foi o maior responsável pela redescoberta do conceito, seu *Comunidade e democracia* (PUTNAM, 1997). Ao tratar sobre o desempenho das instituições democráticas na Itália por duas décadas, Putnam lança mão deste conceito para justificar o melhor desempenho nos aspectos sociais e econômicos de algumas regiões do país em relação a outras. Para o autor, determinadas características culturais distintas foram decisivas para determinar o êxito destas instituições. Deste modo, as instituições democráticas tiveram melhor desempenho naquelas localidades onde havia maior desenvolvimento de seu capital social. O autor concebe o capital social como sendo base de uma cultura cívica, que envolve também características associativas desenvolvidas pelos membros da comunidade, que se desenvolvidas adequadamente, facilitam ações coordenadas e a cooperação entre seus membros, já que os incentivos a transgressão são diminuídos, assim como a incerteza em torno da ação dos outros atores. Deste modo, são reunidas condições que tendem a facilitar e estimular a ação coletiva.

Todavia, como alerta Reis (2003), Putnam não define o conceito, limitando-se a aludir sobre os atributos e citando principalmente Coleman³⁴. Por esta razão, utilizaremos a definição de capital social de D'Araujo: “Conjunto de normas sociais e redes de cooperação e de confiança, bem como instituições e práticas culturais, que dão qualidade e intensidade às relações interpessoais em uma sociedade” (D'ARAÚJO, 2002).

Jane Jacobs, em seu livro clássico *Morte e vida de grandes cidades*, coloca argutamente que a “ordem pública” não é mantida por vigilância policial, mas “é mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por eles aplicados” (JACOBS, 2002: 32). Podemos perceber na passagem acima uma descrição próxima daquilo que se entende por capital social, passível de ser aplicado a comunidades menores nas questões da segurança, o que a autora menciona como ordem pública. Para isso, é importante observar a forma como são construídas as redes sociais, que tendem a fortalecer, em última instância, a qualidade de vida da localidade que é capaz de desenvolver estas virtudes.

Essa idéia vai ao encontro de nossa questão de pesquisa, na medida em que entende que certas práticas sociais (que no caso podem vir a formar capital social) acabam por condicionar o modo pelos quais formas de violência urbana possa se manifestar distintamente em diferentes locais com estruturas socioeconômicas e institucionais idênticas. Neste caso, Jacobs raciocina como um planejador urbano moderno, buscando contemplar diferentes perspectivas em seu estudo. Segundo Jacobs, o planejamento de localidades que privilegiem o contato e interação humana, estreitando laços entre os moradores, deve resultar em uma qualidade de vida melhor para os habitantes destas localidades. Deste modo, observamos que o planejamento urbano feito de forma adequada pode incentivar a formação de capital social.

Marteleto & Silva (2004), define redes sociais como “sistemas compostos por ‘nós’ e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação.” (Op. Cit. : 41) Estas redes seriam fundamentais para um melhor entendimento das características específicas do capital social, embora devamos ter cuidado para não generalizar e banalizar estes conceitos, a preço de comprometer o resultado da reflexão. Todavia, a correta identificação destas redes pode proporcionar à pesquisa uma maior riqueza, e conseqüentemente, um ganho de qualidade.

³⁴ COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University press, 1990: 300-31. *Apud* PUTNAM, 1996:241.

Deste modo, optamos por utilizar o conceito de capital social neste trabalho por entender que ele agrega vários atributos passíveis de exploração empírica, conferindo a análise maior riqueza. Como nossa variável mais importante é a questão da segurança privada na comunidade, é importante relacionar o formato que essa segurança adquiriu na comunidade, no que tange às suas formas associativas. Mas antes é oportuno refletir brevemente sobre o contexto em que o conceito de capital social ganha maior relevância no âmbito da reflexão social.

O problema e os vários modos de se ver o problema

Denominamos aqui de “problema” os efeitos que a crise do Estado no ocidente, que no Brasil se fez sentir mais agudamente a partir da década de 1980, teve na forma pela quais as pessoas se organizam e se associam. Segundo Sérgio Abrantes, esta crise, conjugada com a transição política do regime autoritário para a democracia, foi a grande responsável pela explosão da criminalidade urbana no mesmo período (ABRANCHES, 1994). Por outro lado, alguns autores apontam para uma cultura “estatista” retrógrada no Brasil³⁵. Por estatismo entendemos um regime político-econômico em que o Estado é principal agente econômico e maior responsável pelo desenvolvimento. O fortalecimento do Estado se deu principalmente a partir da década de 1930, com a ascensão de Vargas ao poder. O desenvolvimento brasileiro se deu pelo modelo que se convencionou a chamar de substituição de importações, no qual o Estado Nacional era o principal agente do desenvolvimento brasileiro.

No fim da década de 1970, com os choques do petróleo, este modelo de desenvolvimento entra em crise em todo o mundo, sendo os efeitos desta crise sentidos até hoje. Com esta crise, os problemas ditos “sociais” aumentam e as formas tradicionais de resolver estes problemas esgotam-se. O Estado, com a crise fiscal, não tem mais a grande quantidade de recursos para investimentos, agravando vários problemas que eclodem devido ao grande crescimento dos centros urbanos brasileiros. Uma vez que o Estado não é mais o promotor do desenvolvimento, resta à sociedade civil a tarefa árdua de arcar com este ônus. É importante salientar aqui que não entendemos essas transformações como algo natural ou “normal” do ponto de vista social. Tampouco pensamos que o atual modelo de desenvolvimento em questão seja mais justo ou injusto. Nossa preocupação aqui é apenas

³⁵ Para uma crítica a cultura estatista brasileira ver PAIM, 1998.

descrever o processo de mudança deste paradigma de desenvolvimento, para então situá-lo em nosso objeto de estudo.

Bresser Pereira e Grau propõem para a compreensão deste novo fenômeno o conceito de público não-estatal (BRESSER & GRAU, 1999), que nos auxilia a pensar novas configurações para o espaço público neste contexto de crise do Estado e de globalização. Assim, o bem público não é necessariamente estatal, já que não é provido exclusivamente pelo Estado, mas não deixa de ser público, visto ser acessível à sociedade de um modo geral. A oferta de bens públicos pode situar-se também no mercado, o que para os autores pode resultar no fortalecimento tanto dos direitos sociais como dos processos de auto-organização social. Neste novo modelo, a sociedade civil – que entendemos como uma representação social situada em qualquer nível de organização entre o indivíduo e o Estado, sob várias formas de organização – torna-se muito mais responsável pela promoção do bem estar, muito embora não possua os mesmos mecanismos que o Estado. Em última instância, vivemos neste processo de mudança uma espécie de “privatização forçada” dos bens públicos que outrora eram oferecidos (ou pelo menos deveriam ser) pelo Estado. Mas isso não quer dizer que esta oferta era de boa qualidade ou justa. Provavelmente não o era. E ainda provavelmente o modelo “privado” também não garante qualquer justiça neste acesso a esses bens³⁶. Assim, é importante que se tenha clareza da responsabilidade pelo bom “funcionamento” da sociedade nesse novo contexto de três agentes sociais fundamentais: o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Como bem salienta David Skidmore, sobre as perspectivas estatistas e liberais acerca do desenvolvimento: “Nenhuma das perspectivas enfatiza primariamente o papel da sociedade civil – aquelas formas intermediárias de organização social parcialmente independentes que se situam entre o Estado e o mercado” (SKIDMORE, 2001: 129). Ou seja, a sociedade civil deve buscar formas distintas de organização para além do Estado e do mercado. Para efeitos de nosso estudo, trabalharemos aqui com estas três instancias: Estado, mercado e sociedade civil. É neste contexto que optamos por trabalhar com o conceito de capital social.

Uma localidade começa a acumular capital social principalmente através da capacidade de seus membros de se associarem, e a partir daí, utilizando-se o jargão econômico, o capital acumulado se expandir, criando, no caso do capital social, um círculo virtuoso, gerando bem-estar e desenvolvimento.

³⁶ Para uma boa discussão desta questão do ponto de vista liberal ver NOZICK, 1991.

Para alguns autores um determinado acúmulo de capital social não gera necessariamente resultados virtuosos. “A predominância de formas positivas e negativas de capital social num caso particular dependerá das características organizacionais da sociedade civil. Não apenas o grau de organização, mas o seu *caráter* afetam o desempenho econômico” (SKIDMORE, Op. cit: 137). Sem entrar no mérito desta discussão, enfatizamos que nosso ponto de vista difere desta percepção. Aceitamos a noção de que capital social deve produzir bens públicos extensíveis a todas a comunidade, direta ou indiretamente.

Vejamos o caso de Nosso Conjunto. Ali a oferta de bens sociais pelo Estado sempre foi de má qualidade, de um modo geral. Ela nunca foi suficiente para atender às demandas locais. Como vimos anteriormente, um dos maiores problemas do local é o transporte público, que é de má qualidade. A única forma de transporte que atende, ainda que razoavelmente, à população, é justamente aquela que não é uma concessão pública: o transporte alternativo das Kombis. No âmbito da segurança, a situação é semelhante: o que dá a “sensação de segurança” aos moradores é a sua forma privada, ainda que realizada por indivíduos que trabalham como agentes públicos de segurança (policiais), uma vez que ela não é feita nos moldes públicos (via policiamento).

Capital social em Nosso Conjunto

Quando falamos em capital social estamos nos referindo basicamente a características virtuosas específicas existentes em determinado grupamento societário, seja ele grande ou pequeno. Como nos referimos às características básicas de sociabilidade do Nosso Conjunto de um modo mais geral no capítulo 1, nesta seção observaremos mais detalhadamente algumas características necessárias para identificar o nível de capital social em Nosso Conjunto. Para tal, optamos por observar principalmente a presença dos seguintes elementos na comunidade:

1. Nível de associativismo;
2. Nível de confiança entre os moradores;
3. Participação horizontal de cooperação entre os membros da comunidade;
4. Nível de solidariedade entre os moradores;

5. Formação de redes sociais sólidas.

Destes elementos, o que é mais facilmente observável é o nível de associativismo dos moradores. A Associação de Moradores do Nosso Conjunto contava, na última vez que consultamos a instituição, com cerca de 80 filiados, em um universo de cerca de oito mil moradores. Todavia, apesar de não demonstrar um grande efeito mobilizador entre os moradores, a Associação ao longo de sua história procurou mostrar-se independente de assuntos políticos e policiais, mesmo que isso lhe tivesse custado desvantagens financeiras. O vínculo das associações de moradores com esse tipo de grupo é bastante comum nas comunidades carentes no Rio de Janeiro. Em Nosso Conjunto, algumas administrações podem eventualmente, ter tido alguma ligação com determinado grupo específico de interesse, mas esta não tem sido a regra.

O presidente que terminou seu mandato nos últimos meses de 2006, nos disse em entrevista que um dos principais serviços que a Associação tem prestado aos moradores recentemente é o auxílio jurídico, uma vez que vários moradores têm enfrentado problemas com empresas concessionárias de serviços públicos, como o fornecimento de energia elétrica e telefonia. Apuramos que existe um grande preconceito por parte dos fiscais destas empresas para com os moradores, já que os primeiros alegam que há um grande número de furtos (conhecidos como “gatos”) destes serviços. Eventualmente esses agentes podem agir de forma arbitrária não respeitando direitos básicos dos moradores “suspeitos” de ter “gatos” em casa. Segundo nos informou o presidente da Associação, a grande maioria dos processos estava sendo ganho pelos moradores, o que confirma, em muitos casos, o preconceito por parte dos fiscais das empresas concessionárias. Aqui podemos identificar um benefício notório que a prática da associação trouxe para a comunidade. Todavia, embora a Associação de Moradores seja eficiente e preste um bom serviço, não pode ser considerada como uma forma de associativismo. É vista pelos moradores como uma prestadora de serviços. Dentre outras formas possíveis de associativismo, tímida também é a atuação de uma ONG católica, que fornece auxílio psicológico e explora uma *lan house*.

Sobre a inserção política, embora algumas pessoas sejam filiadas a partidos políticos, em geral a ligação entre a comunidade e a política institucional se dá majoritariamente através de líderes políticos locais, que possuem cabos eleitorais na comunidade. Na educação, visitamos as duas escolas existentes na comunidade, e verificamos que não existe qualquer Associação de pais e mestres. Quando perguntamos para uma coordenadora pedagógica de

uma escola local sobre a relação dos pais das crianças com a escola, sua resposta não foi nada animadora:

Embora existam exceções, a maioria dos pais apenas deixa seus filhos aqui e esperam que nós os eduquemos. Não raro, algumas mães esperam que a escola dê a seus filhos os valores básicos de educação e sociabilidade.

Sem embargo, a questão da vigilância interna, é mais complexa e delicada. Não podemos classificá-la como uma “prática associativa”, já que parte de iniciativa de um grupo específico, embora a maioria dos moradores a reconheça como legítima, apóie e recorra aos policiais moradores. O que podemos realmente afirmar com segurança é que a maioria da comunidade sente-se mais segura e protegida pela ação do grupo paraestatal formado por policiais. No entanto, o “domínio” destes grupos sobre a comunidade não é absoluto. A atual direção da Associação de Moradores, por exemplo, embora tente ter relações cordiais com o grupo, não reconhece a sua autoridade, recorrendo sempre aos canais institucionais. Todavia, pragmaticamente não são dispensados contatos pessoais que possam resultar em resoluções de problemas. A direção da Associação de Moradores alega que só assim é possível agir, mediante as adversidades.

Já o nível de confiança entre os moradores é certamente dentre os elementos que observamos o de mais difícil percepção. Mas é de suma importância para observar a possível formação de capital social. Como já dissemos no capítulo 2, não há na comunidade a “lei do silêncio”, comum em várias comunidades ocupadas por milícias ou por traficantes de drogas. Um fator que parece contribuir para isso é o hábito de os filhos dos moradores ao se casarem e terem filhos continuarem morando em Nosso Conjunto, conforme vimos no capítulo 1, fato que contribui para que as redes de confiança sejam mais estáveis. As relações de amizade entre as famílias de Nosso Conjunto, que costumam ser numerosas, às vezes se assemelham com a conhecida cumplicidade existente entre os habitantes de pequenas cidades.

A creche local, mantida oficialmente pela prefeitura do Rio de Janeiro, promove campanha na comunidade para que pessoas “apadrinhem” simbolicamente suas crianças, dando-lhes presentes em datas comemorativas e se possível, doando mantimentos para suas famílias, em geral muito pobres. Embora a creche seja mantida pelo poder público, esta iniciativa parte da atitude de membros da comunidade. Este é o melhor exemplo que observamos de cooperação horizontal, assim como de solidariedade entre os moradores. Esta

rede de “apadrinhamento” das crianças da creche reúne tanto assalariados, com modestos rendimentos, como comerciantes locais e até alguns policiais. Outro exemplo notável de solidariedade é um acordo informal, cumprido pela grande maioria dos motoristas da “cooperativa” de Kombis, de socorrer qualquer morador que precise de atendimento médico, a qualquer hora. Esta prática é feita desde a fundação da cooperativa e é, de certa forma, um fator que propicia mais tranquilidade aos moradores. É importante salientar que este acordo foi construído horizontalmente entre motoristas e a comunidade, apesar de, como já foi dito anteriormente, a cooperativa ter um “dono” policial.

Observamos também que a maior parte das atividades de comércio existente na comunidade é formada por famílias que constroem pequenas lojas na frente de suas propriedades. Este comércio familiar em geral dá resultados, sendo que a maioria destes micro-empresendimentos logra sucesso, tendo como clientela quase que exclusivamente os próprios moradores do conjunto habitacional. Segundo apuramos, a maioria dos moradores dá preferência a consumir estes produtos vendidos na comunidade do que aqueles comercializados fora dali. Um exemplo notável é de uma pizzaria inaugurada há cerca de cinco anos. Inicialmente, eram vendidos ali apenas sanduíches, salgadinhos e bebidas. Depois o proprietário adquiriu um forno para pizza. Passou a vender pizzas e comprou também uma bicicleta para fazer entregas. Hoje, além da bicicleta, a pizzaria já conta também com uma moto, e entrega pizzas e sanduíches em toda a comunidade e adjacências.

Segundo a grande maioria dos comerciantes ouvidos, o principal trunfo que eles contam para o crescimento de seus negócios, principalmente os de funcionamento noturno, é a sensação de segurança que os moradores têm na comunidade. Ou seja, não apenas o conforto, mas também o medo de sair da região faz o comércio local prosperar. Diante da sensação de insegurança (principalmente à noite) existente nas principais vias de ligação com outras regiões da cidade, as pessoas não se sentem estimuladas a sair da comunidade em seu horário de lazer, preferindo consumir na própria comunidade. Verifica-se aqui a formação de um ambiente propício para pequenos empreendimentos locais, desde que tenham como público alvo consumidores de médio e baixo poder aquisitivo.

Contudo, em nossa pesquisa não foi identificada nenhuma significativa formação de redes sociais sólidas. Dentre os vários tipos de características associativas destacadas, não conseguimos destacar alguma que tenha grande potencial articulador, e assim ser capaz de ampliar a capital social na comunidade.

Como mostramos, a ação dos policiais é amparada pela maioria da população local, que teme a presença do tráfico de drogas na comunidade. No último ano, em especial, ocorreu um processo de mudança, no qual o policiamento privado, que outrora visava principalmente à segurança das famílias dos policiais lá residentes, começou a praticar a comercialização desta segurança, nos moldes das “milícias” que se espalham na cidade do Rio de Janeiro. No caso específico da comunidade estudada, este processo de transformação da atividade destes policiais está em um estágio preliminar, se comparado com outras comunidades da região. Um dado relevante é inexistência da chamada “lei do silêncio”. As pessoas de um modo geral não se sentem coagidas a evitar assuntos mais delicados entre elas, mas tem algum receio de conversar sobre os mesmos assuntos com estranhos à comunidade.

Com efeito, não temos elementos que confirmem nossa hipótese inicial de que a ação dos grupos paraestatais de segurança altere significativamente o capital social de uma determinada localidade. Embora possamos identificar algumas poucas virtudes oriundas do tímido associativismo local, é prematuro classificar estas características associativas como sendo manifestação de capital social consolidado. Isso porque para que de fato pudéssemos configurá-lo como tal, seria necessário estarem presentes ali mais elementos característicos do conceito, como confiança, cooperação e solidariedade, de forma mais consistente e sistêmica, e não em casos isolados e pouco relacionais entre si. Também não conseguimos identificar redes sociais autônomas capazes de aprofundar estas características associativas acima mencionadas. O que podemos observar é que, deste modo, existem apenas pequenos traços não representativos de capital social.

A visualização desta ausência de capital social fica mais clara se compararmos as características do Nosso Conjunto com as de uma outra comunidade pobre do Rio de Janeiro: a favela da Mangueira, notoriabilizada por desenvolver atividades comunitárias em parceria com o governo, com ONGs e empresas privadas. Evidentemente, esta comparação só pode ser feita aqui superficialmente, já que nos basearemos nos resultados colhidos por Costa (2003). Outro obstáculo são as diversas diferenças entre as duas comunidades. Por isso, esta comparação deve ser vista apenas como um modo de ilustrar nosso argumento.

Primeiramente, a comunidade da Mangueira possui um grande símbolo que funciona como tanto como referência para aglutinar esforços locais e externos como uma grande marca capaz de atrair investimentos do Estado e do mercado, dada a sua visibilidade: o Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Assim a autora resume o resultado de seu estudo:

Talvez os resultados de nosso estudo pareçam otimistas demais – na medida em que constatamos que a governança estabelecida no Programa Social da Mangueira é bem-sucedida –, mas ainda há muito que fazer. Apesar de o Programa Social da Mangueira desenvolver-se ao mesmo tempo a partir de ingredientes cultura cívica da comunidade e do engajamento de fortes instituições, como a Escola de Samba da Mangueira, empresas privadas e o poder público, a sinergia entre esses atores não é um fato dado. É preciso constância de propósitos. Ainda é necessário que tanto o poder público quanto a Escola de Samba da Mangueira envolvam-se efetivamente com a comunidade, tornando-a parceira nesse aprendizado. Destaca-se a necessidade de uma atuação mais eficaz do poder público em relação ao desenvolvimento econômico e social da comunidade, com projetos de infra-estrutura urbana, geração de renda e educação ambiental contínua para a população. Em caso contrário, a ausência e/ou a descontinuidade dessas políticas geram demandas que acabam recaindo sobre a Escola de Samba da Mangueira, que – na maioria das vezes – não tem condições de responder sozinha a elas, sem o compromisso do poder público. (Op. cit.)

Embora a autora reconheça que ainda há um longo caminho para ser percorrido pela comunidade da Mangueira, nota-se que em comparação com a situação do Nosso Conjunto, ela está em grande vantagem em relação à presença de capital social. Lá são encontrados exemplos efetivos dos esforços conjuntos da comunidade local, de representantes do mercado, e ainda que de forma mais tímida, do Estado. O programa social local, segundo a autora, atua há mais de duas décadas e mostra grande vitalidade e capacidade de capilaridade social, obtendo resultados efetivos. Já no Nosso Conjunto, não há qualquer programa social deste porte, existindo apenas experiências pontuais, e ainda assim, de caráter assistencialista e promovido principalmente por políticos locais que desejam usar esta iniciativa como moeda de troca eleitoral. Também não há em Nosso Conjunto, conforme vimos anteriormente, nada parecido com a articulação entre Estado, comunidade e mercado verificada na Mangueira.

Todavia, a autora não menciona em seu trabalho de que modo a presença de quadrilhas de traficantes de drogas interfere nas relações sociais locais. Não podemos apurar se esta presença é irrelevante para os propósitos do trabalho, ou se simplesmente não foi possível mensurá-la. Todavia, há exemplos na imprensa de episódios que conflitos entre a polícia e traficantes daquela localidade que geraram grandes problemas na comunidade³⁷. Deste modo, supõe-se que o tráfico de drogas na comunidade da Mangueira na época da pesquisa de Costa não provocasse tantos distúrbios na comunidade, não comprometendo negativamente os resultados que as diversas atividades locais tiveram para o incremento do capital social.

³⁷ Dentre vários casos veiculados pela imprensa, um que teve grande repercussão foi a acusação, em 2003, de ligações entre um importante político da Mangueira com traficantes de drogas. Ver revista *Época*, edição do dia 15 de maio de 2003.

É preciso ressaltar que nem todas as formas associativas são positivas para a produção de bem-estar social e qualidades cívicas relevantes (REILLY, 1999:425). Na comunidade estudada, paradoxalmente, a ação dos policiais é entendida muitas vezes como um bem público posto que efetiva um “serviço sujo” que evita que grupos de traficantes de drogas, atuem no lugar e cria na comunidade um clima de segurança.

De fato, o modo pelo qual o grupo de policiais de Nosso Conjunto age na comunidade não pode ser generalizado para os vários tipos de “milícias” existentes na cidade. Em cada localidade existem particularidades importantes que condicionam decisivamente os limites de atuação destes grupos. Como salientamos no capítulo 2, o grau de vulnerabilidade de cada comunidade tem em relação às quadrilhas de traficantes de drogas aumenta o “preço” dos serviços destas milícias.

Seguindo esta lógica, percebemos que o ramo de atuação das “milícias”, de um modo geral, é oferecer bens e serviços que o Estado e o mercado formal não o fazem, ou o fazem de modo insatisfatório, como demonstram os vários exemplos dados anteriormente neste trabalho. No caso do Nosso Conjunto, se no início os policiais faziam este tipo de “segurança” principalmente motivados pela sua própria segurança e a de suas famílias, eles perceberam que poderiam lucrar explorando estas atividades, que são em geral ilegais, tornando-as mercadorias políticas. Em suma: uma atividade que no início era considerada “nobre” por muitos, acabou se mercantilizando. É importante salientar que mesmo sendo um grupo paramilitar que age na ilegalidade, ele respeita certas “normas” intrínsecas do *ethos* policial, como por exemplo, a intolerância a determinadas modalidades de crimes, em especial o tráfico de drogas.

Conclusão

Este trabalho teve como hipótese inicial a idéia que a atuação diferenciada de grupos de policiais residentes em Nosso Conjunto no que diz respeito à manutenção da segurança local pudesse, ao afastar a danosa influência do tráfico de drogas, estimular a formação de capital social na localidade, na medida em que este clima de segurança pudesse criar melhores condições para que as pessoas pudessem ser associar, criar laços de cooperação e confiança.

Deste modo, buscou-se analisar o contexto que comunidades pobres do Rio de Janeiro estão inseridas, no que diz respeito principalmente na questão da violência e da pobreza, assim como os estigmas criados em torno da questão “favela”. Também analisamos o modo como a configuração periférica da cidade foi moldada pela política habitacional, que teve como principal característica a modernização conservadora.

Conseqüência desta política, a construção de Nosso Conjunto se deu em uma área distante do centro urbano e carente de infra-estrutura, que foi sendo implantada aos poucos na região. Até os dias atuais, a eficiência do transporte público ainda é um grave problema na localidade e em toda zona oeste da cidade, fato que têm várias conseqüências na vida dos moradores. Procuramos fazer uma visão panorâmica de Nosso Conjunto, observando o perfil habitacional da comunidade, seus demais problemas e a qualidade das principais serviços e intervenções por parte do governo, notadamente a prefeitura e o governo estadual.

Inspirados no belo trabalho de CALDEIRA (op. cit.), buscamos também refletir brevemente como a segregação espacial de grandes cidades como o Rio de Janeiro age em sua dinâmica urbana, criando-se enclaves fortificados, propícios à atuação emergente dos grupos paramilitares formados por policiais e ex-policiais.

Observando as práticas dos grupos policiais residentes e atuantes em Nosso Conjunto, buscamos fazer uma comparação com a situação de aparente descontrole estatal na localidade e em comunidades de perfil semelhantes com o estado de natureza idealizado na obra de Thomas Hobbes, que chamamos de “mundo hobbesiano”, no qual o poder exercido pela força das armas e da “autoridade” oriunda da atribuição de ser policial é fundamental para que exista reconhecimento desta autoridade nestas comunidades.

Para uma melhor compreensão deste mecanismo de controle por parte destes grupos de policiais, esboçamos algumas características de ação e comportamento inerentes a grande parte dos policiais do Rio de Janeiro, que denominamos *ethos policial*. Como visto, este *ethos* é muito importante para que se possa compreender melhor a forma de atuação destes grupos, denominados “milícias”, que muitas vezes é orientada por valores e comportamentos específicos.

Também buscou-se traçar brevemente as origens destas “milícias”. Nesta dissertação, defendemos a idéia que elas são um desdobramento do que era conhecido, faz muitos anos no Rio de Janeiro, como “polícia mineira”. Deste modo, ao contrário da “mineira” que agia motivada principalmente por questões de segurança própria de seus membros e em nome de uma moralidade específica e derivada do *ethos policial*, as “milícias”, baseadas nas mesmas justificativas, visam principalmente à obtenção de lucro, explorando “serviços” ilegais como cobrança de taxas de segurança, transporte alternativo, “gatonet”, entre outros. Desta forma, julgamos que o grupo de policiais que atua em Nosso Conjunto está em fase de transição entre a “mineira” e a “milícia”. Esta fronteira não foi rompida porque ainda não existe qualquer cobrança de taxa de segurança na localidade por parte dos policiais locais.

Identificamos ainda que este grupo de policiais, devido ao seu modo de agir, acaba por criar para si e em seu entorno uma elite local que desfruta de elevado *status* na região, obtendo vantagens de ordem econômica e política.

Para melhor situar a questão das “milícias”, fizemos um breve balanço dos principais argumentos e teses defendidas na imprensa sobre o tema. Deste modo, identificamos quatro linhas básicas de argumentação, que vão desde a defesa das milícias como sendo um grupo de autodefesa comunitário, até a visão de que elas representam uma perigosa formação criminosa, que pode vir a representar perigo superior ao tráfico de drogas, dado o seu grau de organização interno.

Procuramos também fazer breve discussão do conceito de capital social, baseado principalmente no suporte teórico de Robert Putnam (op. cit.), situando sua emergência na Ciência Política a partir de década de 1990. Nesta década, a crise do Estado no ocidente fez-se sentir seus efeitos, o que exigiu uma nova configuração social capaz de dar conta destas mudanças, ocorridas principalmente no âmbito da capacidade do Estado em realizar intervenções sociais. Neste caso, o mercado, e principalmente, a sociedade civil recebem novas responsabilidades, fato que redimensiona a importância de se compreender como virtudes associativas e redes de cooperação e confiança podem contribuir para um melhor

exercício da cidadania e da democracia – que nos remete novamente ao conceito de capital social.

O clima de paz existente na comunidade de Nosso Conjunto não pode ser confundido com ordem pública, visto que não há estabilidade nas “regras” de conduta, uma vez que não são reguladas pelas instituições que teriam esta responsabilidade, mas sim pelo grupo policial organizado da comunidade. Desta forma, a organização social local ainda estaria no estágio que denominamos no capítulo 2 de “mundo hobbesiano”, no qual a paz é garantida por entes individuais, e não pelo Estado.

Neste caso específico, a peculiaridade é que, embora esta paz seja garantida por indivíduos, estes são, em sua maioria, agentes do Estado, que agem para fins próprios, particularizando uma atividade que deveria ser de competência do serviço público. Este uso da instituição, que dá uma espécie de legitimidade a ação destes paramilitares, pode ser caracterizado como uma forma de patrimonialismo.

Acompanhando a formação social brasileira desde os tempos coloniais, o patrimonialismo é um substantivo que deriva do adjetivo *patrimonial*. Em Weber, dominação patrimonial “é toda dominação que, originariamente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal” (WEBER, *idem*: 155). Ou seja, é aquela em que o agente dominante tira proveito para si, normalmente de ordem econômica. No caso destes grupos policiais estudados neste trabalho, como visto, há vantagens de ordem econômica, política e até de *status* social.

No limite, o surgimento, e principalmente, o desenvolvimento das “milícias” formadas por policiais no Rio de Janeiro pode ser compreendido como uma consequência das opções do planejamento da política de segurança no Rio de Janeiro, que ao longo de mais de duas décadas vem gradativamente deixando de investir nas condições de trabalho destes profissionais, pagando-lhes baixos salários e não investindo adequadamente em meios básicos de atuação profissional, como armamento adequado e viaturas. Observa-se que o mérito individual e a “bravura” dos policiais são muito mais incentivados do que o trabalho em equipe e a atividade técnica, que integrados com políticas públicas eficazes tendem a ser mais eficientes na produção de resultados efetivos³⁸.

³⁸ Dentre os vários trabalhos que demonstram a importância de um bom planejamento técnico para a construção de políticas públicas eficientes na área da segurança pública, ver BEATO, PEIXOTO & ANDRADE, 2004.

Provavelmente, este tipo de política adotada pelo governo do estado do Rio de Janeiro encontra eco nos meios policiais, uma vez que vai de encontro com o estímulo do *ethos* policial, mencionado no capítulo 2. Um exemplo claro da institucionalização desta política foi a adoção da “gratificação faroeste”, como ficou conhecida a gratificação que premiava atos de bravura e mortes de bandidos em confronto com a polícia, adotada pela gestão do governador Marcello Alencar. Além disso, a adoção desta gratificação resultou em um grande aumento no número de mortes dos policiais. Deste modo, “a média mensal de mortes saltou de 3,30% para 20,55%, passando a 22,5% no período de novembro de 1995 a fevereiro de 1996”³⁹. Embora a gratificação tenha sido extinta em 1999, não há indícios que o foco da política de segurança no Rio de Janeiro tenha se modificado significativamente nos últimos anos. Assim, aliando a ineficiente atuação do poder público na repressão ao tráfico de drogas e a baixa remuneração dos policiais, abre-se espaço para a atuação e o crescimento das “milícias”.

Todavia, nos parece um grande equívoco tratar das “milícias” como sendo um poder paralelo. Por dois motivos: o primeiro é a grande dificuldade de se conceituar com precisão o conceito de *poder paralelo* nas Ciências Sociais. Utilizando-se a definição clássica de poder de Weber, definido como “toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, op. cit.: 33), verifica-se que qualquer agente social tem a faculdade de ter e exercer poder. Assim sendo, podemos indagar qual seria a natureza do “paralelismo” deste poder? A observação correta, do ponto de vista da Ciência Política, seria a discussão da legitimidade deste tipo de exercício de poder por estes grupos paraestatais, diante do Estado de direito, uma vez que, ainda em uma perspectiva weberiana, o Estado é o detentor do monopólio do uso legítimo da violência. Deste modo, a idéia de *poder paralelo* deve ficar restrita ao campo das representações sociais.

Outrossim, o segundo motivo é que mesmo o aceitando-o como uma representação social é difícil concebe-la como “paralelo”, já que o termo, utilizando-se o raciocínio matemático, dá a idéia de duas coisas (no caso as “milícias” e poder público legalmente constituído) que não têm pontos de contato. Fato que, conforme vimos neste trabalho, não se verifica, vide os vários pontos de “contato” entre a corporação policial e vários outros setores do poder público e as “milícias”, o que coloca esta representação social distante da realidade. Também não se pode afirmar que estes grupos se desenvolvam exclusivamente no “vácuo”

³⁹ FAGUNDES, R. e AQUINO, W. *PM do Rio mata cada vez mais*. Lei e Liberdade — Fórum 1996. Comunicações do ISER, ano 16, 48, 1997. *Apud* LEITE, 2000.

deixado pela atuação estatal, uma vez que também se aproveitam da ausência de uma atuação satisfatória do mercado e da fragilidade de meios pelo qual a sociedade civil possa combater e fiscalizar eventos como esse.

Já quanto ao conceito de capital social, verificamos o quão rico e produtivo pode ser sua utilização, uma vez que tem em seu alcance teórico a possibilidade de múltiplas aplicações. A sua existência pode ser detectada até em lugares onde em um primeiro momento se julga caótico e uma vez desenvolvido adequadamente, pode se configurar como uma grande ferramenta de desenvolvimento local e aprimoramento da Democracia.

Retomando-se o raciocínio de Jacobs mencionado no capítulo 4, concluímos que um local bem planejado que vise à interação social entre seus habitantes é um grande incentivo para o desenvolvimento de características associativas locais, que podem ou não ser virtuosas. De toda forma, observa-se que a maioria das comunidades pobres, planejadas ou não, têm demonstrado grande capacidade de fazê-lo, mesmo lutando contra grandes empecilhos que podem desestimular esta vida associativa. Ao se propiciar boas condições para a criação destas virtudes associativas, constrói-se uma preciosa chance de melhoria de vida da população destes locais. Estas condições devem ser criadas em conjunto pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil. Talvez este seja um bom caminho para iniciar a construção de um país mais justo e próspero, onde todos tenham oportunidades de crescimento, acesso a bens públicos de qualidade e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Deste modo, concluímos que, ao contrário do que nossa hipótese inicial supunha, a ação do grupo de policiais organizados no local não contribui para a formação de capital social na comunidade de Nosso Conjunto. Conclui-se também que os demais tipos associativos virtuosos locais serão decisivos para dar limites à atuação do grupo miliciano local. Já tivemos notícia que alguns membros da comunidade, insatisfeitos com a exploração destes serviços ilegais, vem fazendo seguidas denúncias às autoridades competentes. Resta saber se estas formas incipientes de organização e associação local, associados à indispensável atuação do poder público, serão capazes de manter as virtudes associativas – ainda que modestas – já conquistadas por todos na localidade, ou ao contrário, uma nova ordem autoritária se consolidará no local. É uma questão em aberto, que somente pesquisas futuras serão capazes de responder.

Referências Bibliográficas e Fontes

Documentos

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* – promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2006.

Livros e artigos

ABRANCHES, Sérgio. *A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade*. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Governabilidade, sistema político e violência urbana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. Parte 2: *O governo ausente: violência e criminalidade urbana*.

ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari: Uma Favela Carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BATESON, Gregory. *Naven: A survey of the problems suggest by a composite picture of the culture of New Guinea tribe drawn from three points of view*. Stanford: Stanford University press, 1958.

BEZZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um Estudo Sobre Poder Público e Relações Pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BRETAS, Marcos Luiz & PONCIONI, Paula. *A cultura policial e o policial civil carioca*. In PANDOLFI, Dulce Chaves et alii. *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BEATO Cláudio, PEIXOTO, Betânia & ANDRADE, Mônica. *Crime, oportunidade e vitimização*. Revista brasileira de Ciências sociais. São Paulo: vol. 19, nº. 55, 2004

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In. ZALUAR, & ALVITO (Orgs.) *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e EDUSP, 2000.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 1990.

COELHO, Edmundo Campos. *A criminalidade urbana violenta*. Dados Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 31 (2): 145-183, 1988.

COSTA, Maria Alice Nunes. *Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: n. 21, 2003.

D' ARAUJO, Maria Celina Soares. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *Os discursos da violência no Brasil*. In *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUANABARA, Ricardo. *Voto e lealdade: a trajetória do trabalhismo na zona oeste carioca*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IUPERJ. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 1999.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEITE, Márcia Pereira. *Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro*. Revista brasileira de Ciências sociais. Rio de Janeiro: vol. 15, nº. 44, 2000.

LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. *A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição*. In VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Orgs.) *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da FGV e Editora da UFRJ, 2000.

MARTELETO, Regina Maria & SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. *Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local*. Ciência da Informação. Brasília: v. 33, n. 3, 2004.

MASCARENHAS, Ilza Helena Teles. *Escola Pública e Moradia: O Cotidiano dos Moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon – Um Conjunto Habitacional Localizado em um Bairro Nobre do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – PPGCP. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

MISSE, Michel. *Crime e Violência na Brasil contemporâneo: estudos de Sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. *Caminhada de crianças, adolescentes e jovens na rede do tráfico de drogas no varejo do Rio de Janeiro, 2004-2006*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em www.observatoriodefavelas.org.br.

PAIM, Antonio. *A Querela do Estatismo*. Brasília: Senado Federal, 1998.

PAIXÃO, Antônio Luiz. *Crimes e criminosos em Belo Horizonte: 1932-1978*. In

PINHEIRO, Paulo S. (org.). *Crime, Violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. & GRAU, Nuria Cunill. *Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal*. In: _____. (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

RAFAEL, Antônio. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da UFF, 1998.

REILLY, Charles. Redistribuição de direitos e responsabilidades. Cidadania e capital social. In PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. & GRAU, Nuria Cunill. *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

REIS, Bruno Pinheiro. *Capital social e confiança: questões de teoria e método*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: n. 21, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SKIDMORE, David. *Sociedade civil, capital social e desenvolvimento econômico*. In ABREU, Alzira Alves *Transições em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, 2000.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Jornais e revistas

A força eleitoral das milícias. *O Globo*: Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2007.

Atuação das milícias divide especialistas no Rio de Janeiro. *O Estado de São Paulo*: São Paulo, 9 de janeiro de 2007.

Cartas de Leitores. *O Globo*: Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2007.

Denúncias de coronel da PM abrem crise política no Rio. *Época*. 15 de maio de 2003.

Milícia de policiais assedia área nobre do Rio de Janeiro. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 de dezembro de 2006.

Policiais apóiam milícias na guerra por espaço do tráfico. *O Globo*: Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2006.

Policiais civis integram as milícias nas favelas – Grupos expulsam traficantes, assumem controle de favelas e ganham popularidade praticando assistencialismo. *O Globo*: Rio de Janeiro, 21 de março de 2005.

Ubiratan: PM vai ocupar o espaço das milícias. *Tribuna da imprensa*: Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 2007.

Anexo I

Principais indicadores sociais da 18ª Região Administrativa (R.A.), que abrange os bairros de Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba e Senador Augusto Vasconcelos:

Pessoas Residentes		
Total da População	2000	484.362
Pessoas Residentes por sexo		
	-	
Masculino	2000	233.543
	-	
Feminino	2000	250.819
Pessoas Residentes em Aglomerados Subnormais (Favelas)		
	-	
Total	2000	37.900
Pessoas Residentes por sexo em Aglomerados subnormais (Favelas)		
	-	
Masculino	2000	18.601
	-	
Feminino	2000	19.299
Pessoas Residentes Alfabetizadas por Sexo		
	-	
Homens	2000	195.349
	-	
Mulheres	2000	210.734
Pessoas Residentes Não Alfabetizadas por Sexo		
	-	
Homens	2000	16.080
	-	
Mulheres	2000	18.810
Pessoas Residentes Alfabetizadas em Aglomerados Subnormais (Favelas) por Sexo		
	-	
Homens	2000	14.301
	-	
Mulheres	2000	14.999
Pessoas Residentes Não Alfabetizadas em Aglomerados Subnormais (Favelas) por Sexo		
	-	
Homens	2000	2.049

Mulheres	- 2000	2.224
Responsáveis pelos Domicílios Particulares por sexo		
Masculino	- 2000	95.659
Feminino	- 2000	41.683
Responsáveis pelos Domicílios Particulares em Aglomerados Subnormais (Favelas) por sexo		
Masculino	- 2000	7.046
Feminino	- 2000	3.451
Desenvolvimento Social		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade	- 2000	0,73
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	- 2000	0,79
Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%	- 2000	34,77 %
Em Geral		
Total de Domicílios	- 2000	138.287
Em Aglomerado Subnormal (Favela)		
Total	- 2000	10.511
Espécie de Domicílios		
Particular Permanente	- 2000	137.342
Particular Improvisado	- 2000	287
Coletivo	- 2000	658
Particular Permanente por Tipo		
Casas	- 2000	125.542
Apartamentos	- 2000	10.407
Cômodos	- 2000	1.393

Particular Permanente por tipo de abastecimento de água

Rede Geral Canalizada até o	-	
Domicílio	2000	95,72 %

Particular Permanente em Aglomerado Subnormal (Favela) por tipo de abastecimento de água

Rede Geral Canalizada até o	-	
Domicílio	2000	84,16 %

Particular Permanente por tipo de esgotamento sanitário

Rede Geral	-	
	2000	39,27 %

Particular Permanente em Aglomerado Subnormal por tipo de esgotamento sanitário

Rede Geral	-	
	2000	36,83 %

Particular Permanente por tipo de destino do lixo domiciliar

Serviço de Limpeza	-	
	2000	90,94 %

Particular Permanente em Aglomerado Subnormal (Favela) por tipo de destino do lixo domiciliar

Serviço de Limpeza	-	
	2000	74,38 %

Nascimentos por tipo de parto

Vaginal	-	
	2004	4.460

Cesariana	-	
	2004	4.074

Nascimentos por Sexo

Feminino	-	
	2005	4.099

Masculino	-	
	2005	4.225

Ignorado	-	
	2005	18

Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos)

Infantil	-	
	2005	68

Neonatal Precoce	-	
	2005	29

Neonatal Tardio	-	
	2005	18

Pósneonatal	-	
	2005	20

Desenvolvimento Social

	-		
Esperança de vida ao nascer	2000	68,71	anos
Mortalidade até um ano de idade	2000	26,76	Por 100 mil habitantes

Unidades escolares públicas municipais

Total de unidades escolares Municipais	2006	105	
--	------	-----	--

Anos de Estudo

	-		
Média de Anos	2000	5,9	

Estudantes por Nível de Ensino - Educação Infantil

	-		
Creche	2000	2.657	
	-		
Pré-escola	2000	14.452	
	-		
Classe de alfabetização	2000	7.951	
	-		
Alfabetização de adultos	2000	723	

Estudantes por Nível de Ensino - Ensino Fundamental

	-		
Regular seriado	2000	78.076	
	-		
Regular não seriado	2000	1.710	
	-		
Supletivo	2000	2.514	

Estudantes por Nível de Ensino - Ensino Médio

	-		
Regular seriado	2000	26.986	
	-		
Regular não seriado	2000	1.310	
	-		
Supletivo	2000	534	

Estudantes por Nível de Ensino

	-		
Pré-vestibular	2000	846	
	-		
Ensino superior - Graduação	2000	8.795	
	-		
Mestrado ou Doutorado	2000	423	

Desenvolvimento Social

	-	
Taxa de Alfabetização	2000	95,49
Taxa bruta de frequência à escola	-	
	2000	85,51
Percentual de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	
	2000	36,88 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal_Educação	-	
	2000	0,92
Percentual de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	-	
	2000	17,52 %
Desenvolvimento Social		
	-	
Índice de GINI	2000	0,51
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal_Renda	-	
	2000	0,73
Intensidade da pobreza: linha de R\$ 37,50	-	
	2000	64,19 %
Percentual da renda domiciliar apropriada pelos 10% mais ricos da população	-	
	2000	38,28 %
Percentual da renda proveniente de rendimento do trabalho	-	
	2000	68,3 %
Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	-	
	2000	1,99 %
Renda domiciliar per capita média do décimo mais rico	-	
	2000	1.156,15
	-	
Renda per Capita	2000	304,24 R\$
Percentual da renda proveniente de rendimento de transferências governamentais	-	
	2000	17,54 %

Fonte: Instituto Pereira Passos

Anexo II

Matérias de jornal selecionadas relacionadas ao tema das “milícias”.

ORGANIZAÇÕES GLOBO
 Presidente: Roberto Irineu Marinho • Vice Presidentes: João Roberto Marinho • José Roberto Marinho
 O GLOBO é publicado pela Infoglobo Comunicações S.A.
 Vice Presidente: Rogério Marinho

O GLOBO

Diretor de Redação e Editor Responsável: **Rodolfo Fernandes**
 Editores executivos: **Lutz Antônio Novaes, Ascânio Seleme e Helena Celestino**
 Editores – O País: **Silvia Fonseca**; Rio: **Paulo Motta**; Economia: **Cristina Alves**; O Mundo: **Sandra Cohen**;
 Esportes: **Antônio Nascimento**; Segundo Caderno: **Artur Xandor**; Fotografias: **Alexandre Sassaki**;
 Arte: **Léo Tavejnhansky**; Opinião: **Aluizio Maranhão**

Rua Irineu Marinho, 35 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20.230-901 • Tel.: (21) 2534-5000 • Fax: (21) 2534-5535
 Impressão: Rod. Washington Luiz, 3.000 - Duque de Caxias, RJ - CEP 25.085-000 • Tel.: (21) 2534-5000

OPINIÃO

Expurgo geral

Ação de milícias formadas por policiais, bombeiros e agentes penitenciários, do serviço ativo e aposentados, surgiu no noticiário há algum tempo. O primeiro sinal da ação desses grupos foi detectado na região de Jacarepaguá, na área da favela de Rio das Pedras. Logo houve, da parte de alguns, a percepção distorcida de que esses grupos seriam bem-vindos por expulsarem o tráfico e supostamente imporem a ordem. Com o tempo, as milícias proliferaram. O último levantamento indicou o controle de pouco mais de 90 favelas por esses bandos. Já estavam em 17 bairros, e entrando no asfalto, na fronteira das favelas.

Uma observação mais atenta da atuação desses grupos, como a que vem sendo feita por reportagens do GLOBO, confirma que milícias e traficantes são quadrilhas em luta pelo mesmo espaço, com o uso de métodos idênticos. Apenas mudam os alvos das comunidades. Ambas as quadrilhas oprimem os moradores, obrigados a pagar pedágios, seja na compra do gás ou no transporte. Milicianos cobram, também, uma “taxa de segurança”, como na Chicago de Al Capone, na década de 30. O próximo passo, como as máfias, será explorar o tráfico.

Milícias são um Estado paralelo dentro do governo

A gravidade da proliferação das milícias se deve ao descalabro de agentes públicos de segurança, pagos pelo contribuinte, agirem como força privada, por cima da lei. Poucas coisas são mais próximas do conceito de Estado paralelo.

O governo Sérgio Cabral assume num momento difícil. Não é apenas a saúde pública que se encontra infiltrada pelo crime — como demonstram as ameaças ao secretário Sérgio Côrtes.

A Polícia está na mesma situação, e a tendência de os confrontos entre milicianos e traficantes se multiplicarem constitui mais um fator de risco para a população. Até uma viatura blindada teria sido “terceirizada” por uma milícia. O afastamento de um inspetor, por suspeita de comandar um desses bandos, e que fora assessor do chefe da Polícia Civil na fase final do governo passado, precisa ser o início de uma profunda operação de expurgo nos quadros da segurança pública fluminense. Ainda em seu início, o governo tem uma oportunidade preciosa de estabelecer um outro padrão ético e operacional para as polícias. O recuo, agora, será uma derrota capaz de comprometer os quatro anos de gestão.

Editorial de O GLOBO, 7/02/2007.

Policiais apóiam milícias na guerra por espaço do tráfico

A cada 12 dias, grupos de extermínio ocupam uma nova favela no Rio

• Na disputa pelo poder nas favelas, hoje nas mãos do tráfico, as milícias — grupos armados formados por PMs, ex-policiais e remanescentes de grupos de extermínio — estão recebendo apoio de policiais militares em serviço e usando carros e armas do poder público. To-

do esse aparato está criando uma polícia paralela que cobra proteção e já domina 92 favelas do Rio. Nos últimos 20 meses, foi tomada do tráfico uma comunidade a cada 12 dias. O comandante do Bope, coronel Mário Sérgio Duarte, revela que a expansão desses grupos

conta com a participação informal de policiais das regiões onde ocorrem os confrontos. Um relatório do Gabinete Militar da prefeitura confirma que as milícias têm respaldo de líderes comunitários, batalhões da PM e delegacias de polícia, e até políticos. Páginas 19 e 22

Manchete de O GLOBO, 10/12/2006.



O GLOBO, 11/02/2007

Anexo III

Mapa da zona oeste do Rio de Janeiro, excluída a região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.



Fonte: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro: plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico>.